

Relatório de Gestão

Exercício |2020

**Município de
Gondomar**



GONDOMAR
é D'ouro

Índice Geral

1) Mensagem do Presidente.....	8
2) Introdução.....	9
3) Órgãos do Município.....	10
a) Assembleia Municipal.....	10
b) Câmara Municipal	12
4) Estrutura Orgânica do Município	13
5) Análise Orçamental	15
a) Execução Global do Orçamento	15
b) Grau de execução orçamental	16
c) Receita.....	17
d) Despesa.....	23
e) Encargos com Empréstimos Bancários.....	27
f) Transferências Correntes.....	27
g) Grandes Opções do Plano.....	29
6) Cálculo Do Endividamento Municipal.....	30
a) Cálculo da Dívida Própria e de Entidades participadas.....	30
b) Margem apurada do Endividamento Municipal	31
7) Contabilidade de Gestão	33
8) Indicadores Económico-Financeiros	36
a) Solvabilidade.....	37
b) Liquidez Geral.....	38
c) Autonomia Financeira.....	39
d) Estrutura.....	40
e) Endividamento Total	41
9) Proposta de Aplicação de Resultados	43
10) Situação Económico-Financeira	44
a) Demonstrações Financeiras.....	44
i. Balanço.....	45
ii. Demonstração de resultados por natureza.....	47
iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	48
iv. Demonstração das alterações ao património líquido.....	50



GONDOMAR

e Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

11) Anexo às demonstrações financeiras.....	51
a) Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	51
b) Nota 0 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA	51
c) Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	54
d) Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	60
Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	60
Ativos fixos tangíveis	60
Propriedades de investimento	61
Ativos intangíveis.....	61
Participações Financeiras.....	62
Instrumentos Financeiros	62
Acordos de concessão de serviços: Concedente.....	63
Depreciações e amortizações.....	63
Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	64
Provisões	64
Ativos e Passivos Contingentes	64
Benefícios dos empregados	65
Regime do acréscimo.....	65
Reconhecimento de Gastos e Rendimentos	66
Rendimentos	66
Vendas e prestações de serviços.....	66
Transferências e subsídios obtidos	66
Acontecimentos após a data de Balanço.....	67
Imparidade.....	67
Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis	67
Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores.....	68
Principais Pressupostos Relativos ao Futuro	68
Principais Fontes de Incerteza das Estimativas	68
Erros Materiais de Períodos Anteriores	69
e) Nota 3 - Ativos intangíveis.....	69
f) Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente	70
g) Nota 5 - Ativos fixos tangíveis.....	70
h) Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos.....	76



GONDOMAR

e Douro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

i)	Nota 8 - Propriedades de investimento	78
j)	Nota 9 - Imparidade de ativos.....	79
k)	Nota 10 - Inventários.....	80
l)	Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação.....	80
m)	Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação	81
n)	Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	81
o)	Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato	82
p)	Nota 18 – Instrumentos Financeiros.....	83
q)	Nota 19 – Benefício dos Empregados	84
r)	Nota 23 - Outras divulgações.....	85
12)	Anexo as demonstrações orçamentais	86
a)	Demonstração de Desempenho Orçamental.....	86
b)	Demonstração de execução orçamental da receita	89
c)	Demonstração de execução orçamental da Despesa	90
d)	Demonstração da execução do PPI	91
13)	Mapa de Acordos de pagamento.....	92
14)	Registo de Compromissos Plurianuais.....	93
15)	Certificação Legal de Contas.....	94

Índice de Quadros:

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal.....	11
Quadro 2: Composição da Câmara Municipal.....	12
Quadro 3: Estrutura de Apoio	13
Quadro 4: Estrutura Orgânica da Câmara Municipal	14
Quadro 5: Execução do Orçamento	15
Quadro 6: Equilíbrio Orçamental	15
Quadro 7: Grau de Execução orçamental	16
Quadro 8: Evolução da Receita	17
Quadro 9: Principais rubricas da receita	19
Quadro 10: Evolução dos impostos diretos	19
Quadro 11: Receitas provenientes dos impostos diretos	20
Quadro 12: Evolução das transferências correntes	21
Quadro 13: Tipologia das transferências recebidas.....	22
Quadro 14: Evolução da despesa paga	24
Quadro 15: Despesa por unidade orgânica.....	25
Quadro 16: Despesa por natureza	26
Quadro 17: tipos de despesa	26
Quadro 18: Encargos com serviço da dívida	27
Quadro 19: Distribuição por Freguesia	28
Quadro 20: Distribuição por corporação de bombeiros	28
Quadro 21: distribuição por natureza de apoio.....	29
Quadro 223: Classificação funcional das GOP.....	29
Quadro 234: Cálculo do endividamento municipal.....	30
Quadro 245: Receita média dos últimos 3 exercícios	31
Quadro 25: Margem de endividamento	32
Quadro 26: Balanço Sintético.....	36
Quadro 27: Índice de liquidez geral	38
Quadro 28: Grau de autonomia financeira	39
Quadro 29: Índice de Endividamento Total	41
Quadro 30: Demonstração sintética dos resultados por natureza	43
Quadro 31: Balanço.....	46
Quadro 32: Demonstração dos Resultado	47
Quadro 33: Demonstração das alterações ao património líquido.....	50
Quadro 34: Balancete de abertura.....	53
Quadro 35: Caracterização da entidade	58
Quadro 36: Discriminação saldos bancários	59
Quadro 37: Ativos Intangíveis – quantia escriturada.....	69
Quadro 40: Mapa dos empréstimos	77
Quadro 41: Propriedades de investimento - quantia escriturada	78
Quadro 42: Imparidade de ativos	79
Quadro 43: Rendimentos de transações com contraprestação	80
Quadro 44: Rendimento de transações sem contraprestação	81
Quadro 45: Participações em entidades societárias.....	83
Quadro 46: Participações em entidades não societárias.....	84
Quadro 47: Alterações Orçamentais Receita	89
Quadro 48: Alterações Orçamentais Despesa	90



Índice de Gráficos

Gráfico 1: Equilíbrio Corrente	16
Gráfico 2: Execução Orçamental	17
Gráfico 3: Evolução da receita.....	18
Gráfico 4: Evolução dos impostos diretos	20
Gráfico 5: Evolução das receitas próprias	21
Gráfico 6: Transferências correntes	22
Gráfico 7: Transferências do orçamento de estado	23
Gráfico 8: Evolução despesa paga	24
Gráfico 9: Índice de solvabilidade	38
Gráfico 10: Índice de liquidez geral	39
Gráfico 11: Grau de Autonomia Financeira.....	40
Gráfico 12: Índice de Estrutura	41
Gráfico 13: Índice de endividamento total	42
Gráfico 14: Organigrama	55

Abreviaturas e conceitos utilizados:

CABIMENTOS - Na fase de intenção de realização de despesa, esta deve registar-se imediatamente na respetiva dotação (cabimentar o montante previsto) para assegurar que, quando se decidir assumir o compromisso de realização, se disponha de dotação para o efeito.

CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

COMPROMISSOS - as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições. Os compromissos consideram-se assumidos quando é executada uma ação formal pela entidade, como sejam a emissão de ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente, ou a assinatura de um contrato, acordo ou protocolo, podendo também ter um carácter permanente e estar associados a pagamentos durante um período indeterminado de tempo, nomeadamente salários, rendas, eletricidade ou pagamentos de prestações diversas;

COMPROMISSOS PLURIANUAIS - os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

DÍVIDA TOTAL - referente a operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. Para além destes itens são incluídos no apuramento: os serviços municipalizados e intermunicipalizados; as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado; as empresas locais e participadas e outras entidades em que o Município participa diretamente

FAM – Fundo de Apoio Municipal, constituído pela Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FSM – Fundo Social Municipal

GOP – Grandes Opções do Plano

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMPOSTOS ABOLIDOS – impostos extintos mas cuja receita ainda reverte a favor do Município, como poderá ser o caso da contribuição autárquica e da sisa.

IMPOSTOS DIRECTOS - Este capítulo engloba, de forma desagregada, os impostos directos municipais estabelecidos na lei das finanças locais.

IMPOSTOS INDIRECTOS - Consideram-se as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais

IMT – Imposto Municipal Sobre Transações Onerosas de Imóveis

IUC – Imposto Único de Circulação

LFL – Lei das Finanças Locais – Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro.

PAGAMENTOS EM ATRASO - as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes;

PASSIVOS - as obrigações presentes da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Um acontecimento que cria obrigações é um acontecimento que cria uma obrigação legal ou construtiva que faça com que uma entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

PMP – Prazo Médio de Pagamentos

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro



PORTUGAL2020 – É o programa sucessor do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e enquadrará os apoios estruturais da União Europeia entre 2014 e 2020, tendo como prioridades o setor privado e o emprego.

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS - Sob esta rubrica escrituram-se as importâncias devolvidas à autarquia por corresponderem a pagamentos por esta feitos em excesso ou indevidamente.

RESPONSABILIDADES CONTINGENTES - possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade.

RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, republicada pela Lei nº 51/2018 de 16 de Agosto.

SATAPOCAL – Grupo de apoio técnico à implementação do POAL

SERVIÇO DA DÍVIDA - é uma referência à totalidade dos pagamentos que o devedor faz para pagar os juros e amortizações de correspondente a um empréstimo.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - Entende-se por transferências correntes os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação preestabelecida.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

1) Mensagem do Presidente

O Relatório de Contas de 2020 evidencia um ano onde fomos todos assolados pela crise pandémica.

Foi um ano marcado pela incerteza, pela quebra de receitas, pelo forte investimento no apoio à emergência e na prioridade que foi combater o vírus e defender a saúde de todos, promovendo a operacionalidade das instituições fundamentais, o ACES de Gondomar, os Bombeiros, as Forças de Segurança, as IPSS, as Juntas de Freguesia, entre tantas outras.

Também, devido à crise pandémica, se registou uma redução muito forte do investimento, nomeadamente na desaceleração da execução de obras, não por falta de vontade da Autarquia, mas sobretudo pela grande dificuldade de execução.

Mesmo assim, conseguimos fechar o ano com um saldo positivo criando grandes novidades naquilo que foi a redução da dívida, aliás algo que já vínhamos a fazer nos últimos anos o que permitiu que tenhamos hoje uma situação financeira muito mais estável e credível.

O caminho será o de continuar o nosso trabalho, prosseguindo os investimentos que permitam tornar Gondomar um Município cada vez mais atrativo e inovador, mas não esquecendo a realidade pandémica que hoje vivemos.

Aproveito para agradecer a todos aqueles, que juntamente com o Município, se mantiveram na linha da frente no combate ao COVID-19.

Bem hajam.

2) Introdução

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo e, em 2020, foi o primeiro ano da sua implementação.

É consciente que a entrada em vigor do SNC-AP coincidiu com a gestão da pandemia de COVID-19 que ocorreu durante o ano de 2020. Desta forma muito trabalho haverá ainda nos exercícios futuros para ajustar a contabilidade às novas normas de contabilidade pública bem, como a definição de interpretações por parte da Comissão de Normalização Contabilística com aplicação à situação específica das Autarquias Locais. Essas situações serão sempre relevadas no Anexo às Demonstrações financeiras.

Assim, o presente relatório analisa não só a execução do orçamento do Município de Gondomar em 2020, como analisa a sua situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

3) Órgãos do Município

a) Assembleia Municipal

Neste capítulo detalha-se os eleitos locais para a Assembleia Municipal no mandato autárquico em curso:

Nome	Cargo
Ana Catarina de Sousa Pão Trigo	Deputado Municipal
Aníbal Jaime Gomes Lira	Presidente
Bruno Miguel Alves Pacheco (Renunciou ao mandato, foi substituído por João Pedro de Andrade Pinho da Silva, a partir de 29-09-2020)	Deputado Municipal
Carmina Maria dos Santos Lopes	Deputado Municipal
David Manuel da Rocha Santos	Deputado Municipal
Diogo Alexandre Lages Augusto	Deputado Municipal
Licínio dos Anjos Bandeira e Silva	Deputado Municipal
Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria	Deputado Municipal
Fernando Alício Barreira Morais	Deputado Municipal
Fernando Cerqueira	Deputado Municipal
Graciano Sebastião Cardoso Martinho	Deputado Municipal
Joana Daniela Baldaia de Resende	Deputado Municipal
Joana Patrícia Fonseca Cardoso	Deputado Municipal
João Pedro Serra Soares Forte	Deputado Municipal
Cecília Bibiana Martins da Silva	Deputado Municipal
José Manuel Cardoso Alves Pereira	1º Secretário
Luís Filipe Ramos Fernandes	Deputado Municipal
Manuel António Leite dos Santos	Deputado Municipal
Manuel Arnaldo Penêda Ferreira dos Santos	Deputado Municipal
Manuel Fernando Martins Marques	Deputado Municipal
Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha	Deputado Municipal
Maria Leonor Almeida Alves Ferreira	Deputado Municipal
Maria Olinda Soares de Moura	Deputado Municipal

Maria Rosa de Sousa Oliveira	Deputado Municipal
Maria Teresa Rocha de Sousa Santos	2ª Secretária
Maribel Santos Fernandes	Deputado Municipal
Mário da Rocha Gonçalves	Deputado Municipal
Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira	Deputado Municipal
Rosa da Glória Cardoso Gomes	Deputado Municipal
Telmo Afonso da Mota Viana	Deputado Municipal
Tiago Margarido Silva Carvalho (renunciou ao mandato, foi substituído por Sara Cristina Oliveira dos Santos, a partir de 29-04-2020)	Deputado Municipal
Valentina Sanchez Silva	Deputado Municipal
Vitor Cândido Coelho Guerra	Deputado Municipal
Francisco Alves Laranjeira	Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte
Rui da Mota Correia	Presidente da Junta de Freguesia da Lomba
Nuno Filipe Brito da Fonseca	Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto
Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira	Presidente da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova
Isidro Ferreira de Sousa	Presidente da União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo
António José Ribeiro Braz	Presidente da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Manuel José Santos Paiva	Presidente da União das Freguesias de Melres e Medas

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal

b) Câmara Municipal

Neste capítulo detalha-se os eleitos locais para a Câmara Municipal no mandato autárquico em curso:

Nome	Função
Marco André dos Santos Martins Lopes	Presidente da Câmara Municipal
Luís Filipe Castro de Araújo	Vice-Presidente
Maria Aurora Moura Vieira	Vereadora
José Fernando da Silva Moreira	Vereador
Sandra Eunice Ramos de Almeida	Vereadora
Cláudia Manuela Ramos Vieira	Vereadora
Valentim dos Santos de Loureiro	Vereador
Leonel Arcanjo Neves Viana	Vereador
Daniel Filipe Oliveira Vieira	Vereador
José António da Silva Pinto	Vereador
Jorge Nelson Sousa Neves	Vereador

Quadro 2: Composição da Câmara Municipal

4) Estrutura Orgânica do Município

Durante o ano de 2019 registou-se uma mudança na Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Gondomar, que foi desenhada nos seguintes moldes:

Serviços de Assessoria e Apoio	Gabinete de Apoio à Presidência
	Gabinete dos Órgãos Autárquicos
	Gabinete de Comunicação e Imprensa
	Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade
	Gabinete de Apoio à Vereação
	Gabinete de Protocolo
	Gabinete de Tecnologias de Informação
	Gabinete de Proteção Animal

Quadro 3: Estrutura de Apoio

Unidades orgânicas

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

- Divisão de Desenvolvimento Ambiental
- Divisão de Espaços Verdes, Mercados e Feiras

DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO MUNICIPAL E INOVAÇÃO

- Divisão de Atendimento Municipal e Inovação

DEPARTAMENTO DE COESÃO SOCIAL

- Divisão de Desenvolvimento Social
- Divisão da Habitação Pública

DEPARTAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

- Divisão de Aquisições e Contratação Pública
- Divisão de Contabilidade

- Divisão de Desenvolvimento Económico

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

- Divisão de Prospetiva Educativa
- Divisão de Intervenção Sócio Escolar

DEPARTAMENTO JURÍDICO

- Divisão Jurídica

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS

- Divisão de Gestão de Obras
- Divisão de Mobilidade
- Divisão Operacional e de Administração Direta

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E EQUIPAMENTO

- Divisão de Planeamento e SIG

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO CIVIL, SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO

- Divisão de Fiscalização e Vistorias

DEPARTAMENTO DO URBANISMO

- Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares

Divisão de Cidadania e Participação

Divisão da Cultura

Divisão do Desporto

Divisão da Juventude

Divisão de Recursos Humanos

Quadro 4: Estrutura Orgânica da Câmara Municipal

5) Análise Orçamental

a) Execução Global do Orçamento

No ano de 2020, a receita cobrada foi de 84.916.071,72 euros que, acrescida do saldo inicial no valor de 8.594.212,37 euros, perfaz o montante global de 93.510.284,09 euros.

A despesa realizada no ano de 2020 foi de 76.613.164,73 euros, pelo que o valor do saldo que passa para a Gerência seguinte é 16.897.119,36 euros.

Valores em euros

Designação Receita	Receita	%	Designação Despesa	Despesa	%
Saldo Gerência Anterior	8 594 212,37 €	9,19%	Despesa Corrente	56 611 722,23 €	60,54%
Receita Corrente	80 977 209,61 €	86,60%	Despesa de Capital	20 001 442,50 €	21,39%
Receita de Capital	3 938 862,11 €	4,21%	Saldo de Gerência	16 897 119,36 €	18,07%
Total	93 510 284,09 €	100,00%	Total	93 510 284,09 €	100,00%

Quadro 5: Execução do Orçamento

Do quadro acima verifica-se que 86,60% da Receita Total é de natureza corrente, enquanto, as despesas correntes representam 60,54% da Despesa Total. A poupança corrente obtida foi de 24.358.765,07 euros, poupança essa que permitiu o financiamento de parte do Plano Plurianual de Investimentos.

O RFALEI estipula no nº 2 do seu artigo 40º que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. A Execução Orçamental do Município cumpre claramente este princípio, o que demonstra a boa e equilibrada gestão dos recursos:

Valores em euros

Rubrica	Valor
Receita Corrente	80 970 487,30 €
Despesas Correntes (1)	56 611 722,23 €
Amortização Média Empréstimos (2)	5 308 581,44 €
Soma (1) + (2)	61 920 303,67 €

Quadro 6: Equilíbrio Orçamental

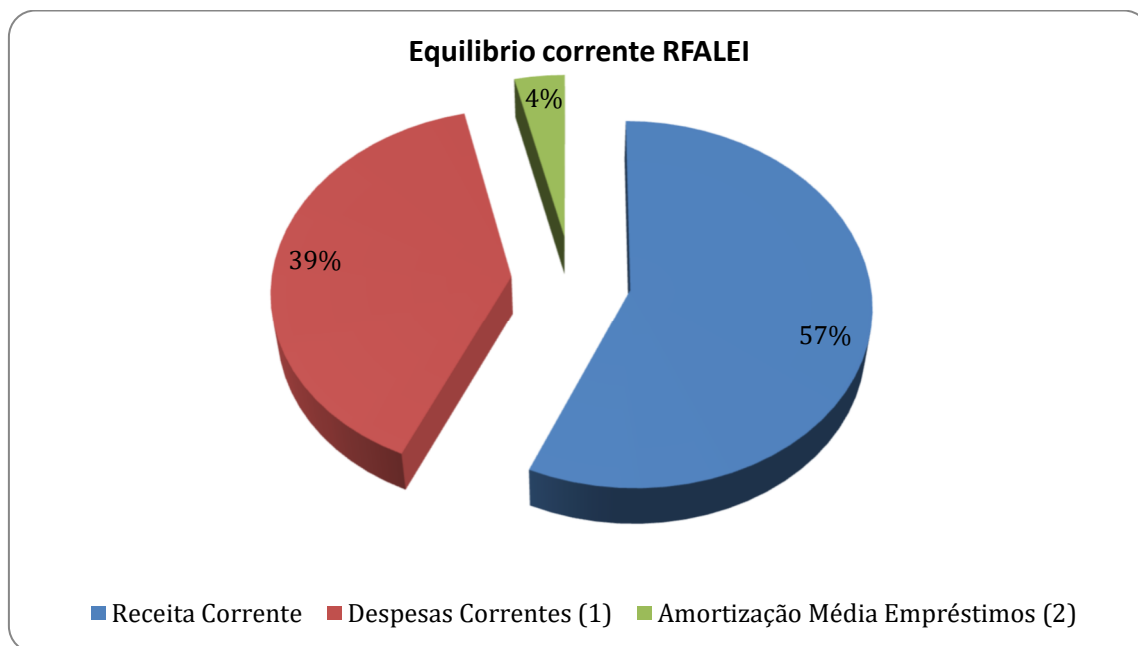


Gráfico 1: Equilíbrio Corrente

b) Grau de execução orçamental

Considerando os níveis de execução orçamental tanto do orçamento da receita como da despesa, temos:

	Receita	Despesa
Execução Orçamental	89,80%	73,57%

Quadro 7: Grau de Execução orçamental

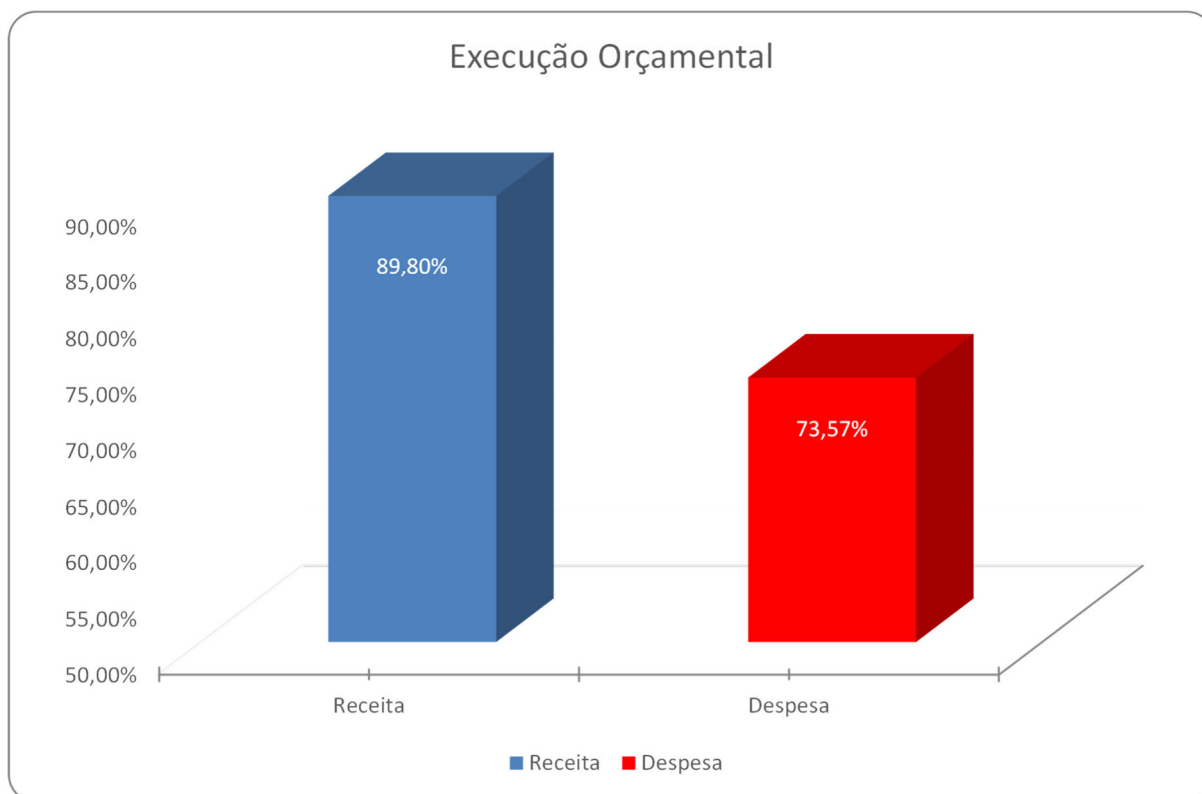


Gráfico 2: Execução Orçamental

c) Receita

No quadro e gráfico seguintes apresenta-se a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos:

Valores em euros

	2017	2018	2019	2020
Outras Receitas	2 876 461,45 €	31 753,62 €	3 667 005,80 €	8 600 934,68 €
Receita Capital	4 465 069,66 €	5 586 659,99 €	33 045 892,89 €	3 938 862,11 €
Receita Corrente	64 168 640,32 €	67 544 524,38 €	73 610 472,75 €	80 970 487,30 €
Total Receita	71 510 171,43 €	73 162 937,99 €	110 323 371,44 €	93 510 284,09 €

Quadro 8: Evolução da Receita

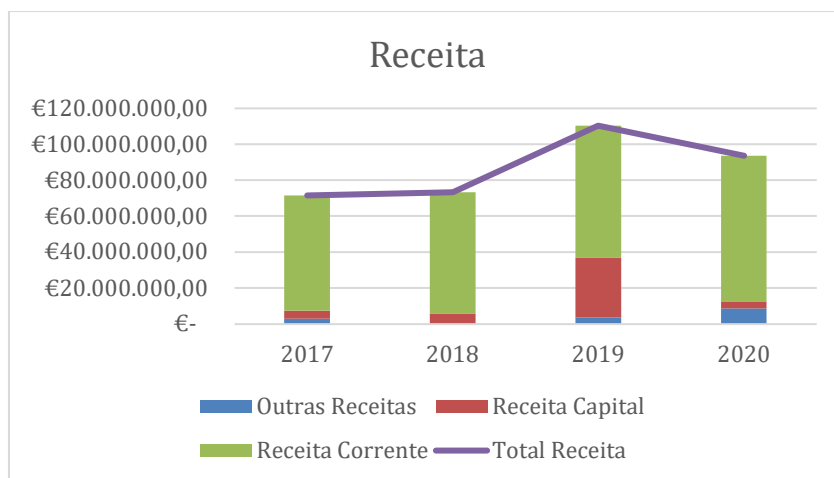


Gráfico 3: Evolução da receita

O valor elevado do item “Receita de Capital” no ano 2019 prende-se com o empréstimo contraído para liquidação da dívida à EDP.

Constata-se que o valor das “Receitas Correntes” apresenta uma subida ao longo dos últimos anos, o que se deve a acréscimos verificados nas rubricas Impostos Diretos e Transferências Correntes, como mais abaixo se detalha.

Relativamente ao peso de cada uma das rubricas na formação da receita cobrada no ano de 2020, vemos que assumem particular relevância os “Impostos Diretos” (33,74%) e as “Transferências Correntes” (35,97%), à semelhança do que se vem verificando nos anos transatos.

Valores em euros

Designação	Realizado	% de cada Rubrica
Impostos diretos	31 550 194,96 €	33,74%
Impostos indiretos	1 927 803,02 €	2,06%
Taxas, multas e outras penalidades	952 434,21 €	1,02%
Rendimentos da propriedade	2 520 147,64 €	2,70%
Transferências correntes	33 639 432,39 €	35,97%
Venda de bens e serviços correntes	10 261 432,03 €	10,97%
Outras receitas correntes	119 043,05 €	0,13%
Venda de bens de investimento	59 008,74 €	0,06%
Transferências de capital	3 879 853,37 €	4,15%
Passivos financeiros	- €	0,00%
Outras receitas de capital	- €	0,00%
Reposições não abatidas nos pagamentos	6 722,31 €	0,01%
Saldo da gerência anterior	8 594 212,37 €	9,19%
Totais	93 510 284,09 €	100,00%

Quadro 9: Principais rubricas da receita

Importará então verificar qual tem sido a evolução destas duas importantes fontes de receita do Município nos últimos anos:

Valores em euros

Rubrica	2020	2019	2018	2017	2016
Impostos diretos	31 550 194,96 €	29 431 164,15 €	28 258 085,47 €	24 585 316,41 €	22 355 478,70 €

Quadro 10: Evolução dos impostos diretos

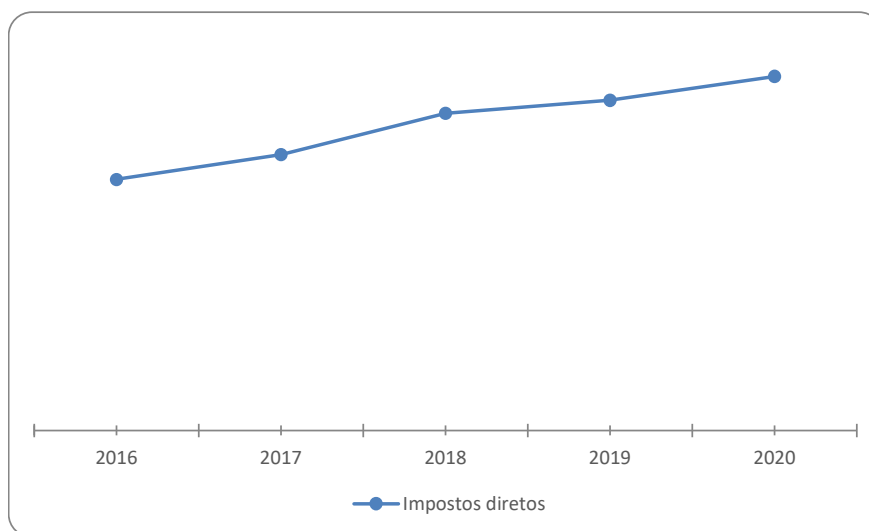


Gráfico 4: Evolução dos impostos diretos

Em 2020 verificou-se um acréscimo relativamente ao ano anterior, o qual fundamentalmente se deve ao aumento de receitas oriundas do IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis.

Valores em euros					
Impostos	2020	2019	2018	2017	2016
IMI	17 927 648,10 €	17 779 149,15 €	17 624 126,48 €	14 254 821,76 €	14 290 735,57 €
IUC	3 651 755,12 €	3 655 081,48 €	3 498 143,10 €	3 285 057,82 €	3 082 219,09 €
IMT	6 711 048,84 €	4 944 061,59 €	3 963 941,00 €	4 456 842,74 €	2 584 835,07 €
Derrama	3 248 338,12 €	3 027 824,01 €	3 170 796,83 €	2 574 128,91 €	2 393 428,40 €
Impostos abolidos	11 404,78 €	25 047,92 €	1 078,06 €	14 465,18 €	4 260,57 €
TOTAL	31 550 194,96 €	29 431 164,15 €	28 258 085,47 €	24 585 316,41 €	22 355 478,70 €

Quadro 11: Receitas provenientes dos impostos diretos

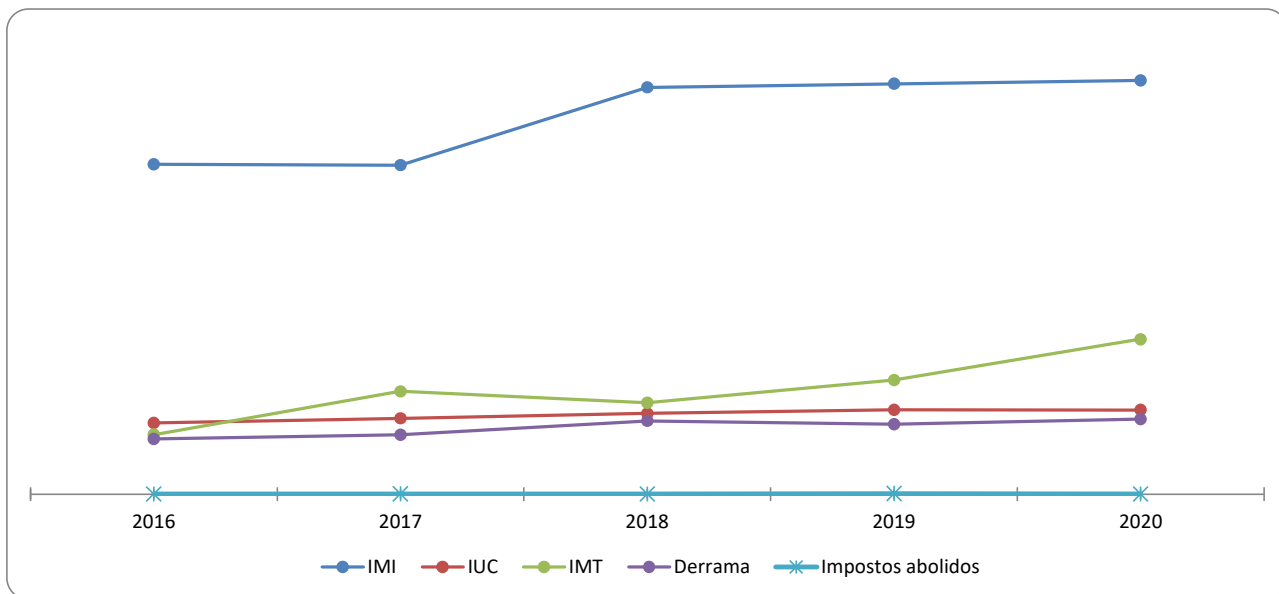


Gráfico 5: Evolução das receitas próprias

No que respeita às Transferências Correntes os valores nos últimos anos são conforme se dá conta na tabela e gráfico seguinte:

Designação	Valores em euros				
	2020	2019	2018	2017	2016
Transferências correntes	33 639 432,39 €	27 659 457,50 €	26 456 922,81 €	26 096 670,06 €	25 110 640,53 €

Quadro 12: Evolução das transferências correntes

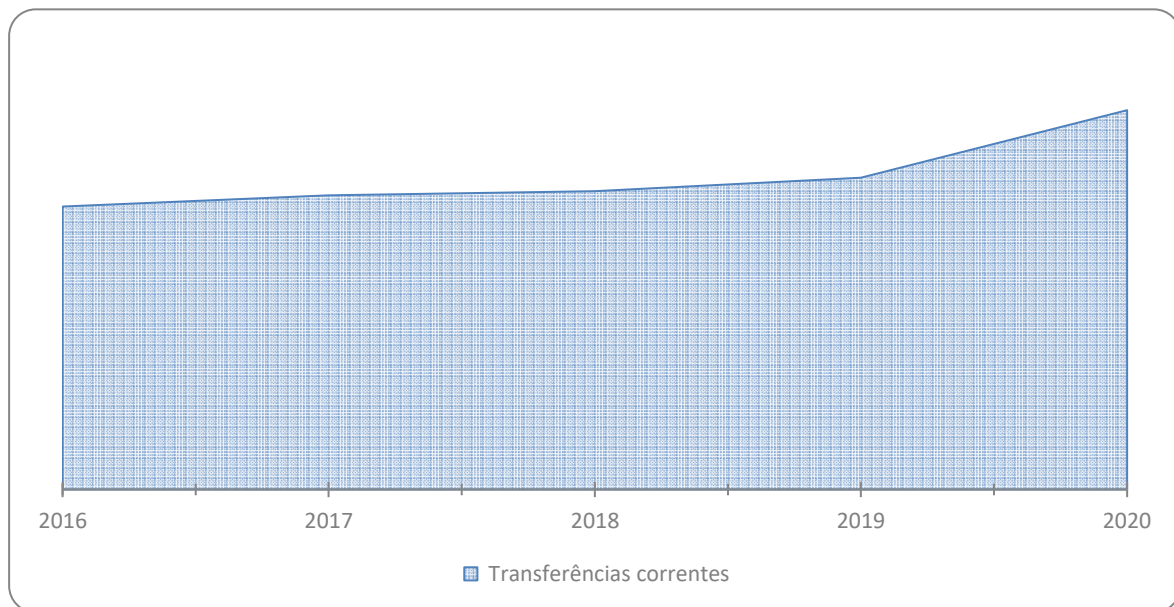


Gráfico 6: Transferências correntes

Detalhando pelas diferentes rubricas:

Valores em euros

Rubrica	2020	2019	Variação
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	11 667 213,00 €	10 484 501,68 €	11,3%
Fundo Social Municipal (FSM)	2 278 209,00 €	2 278 209,00 €	0,0%
Participação Fixa no IRS	5 538 804,00 €	5 333 624,00 €	3,8%
Tr. Competências Lei 50/2018	3 420 592,69 €	- €	100,0%
Educação - Transferências	10 401 750,68 €	8 994 074,40 €	15,7%
Estado-Part. Proj. co-financiados	332 863,02 €	569 048,42 €	-41,5%
Artigo 35º - Lei 73/2013	- €	520 738,00 €	-100,0%

Quadro 13: Tipologia das transferências recebidas

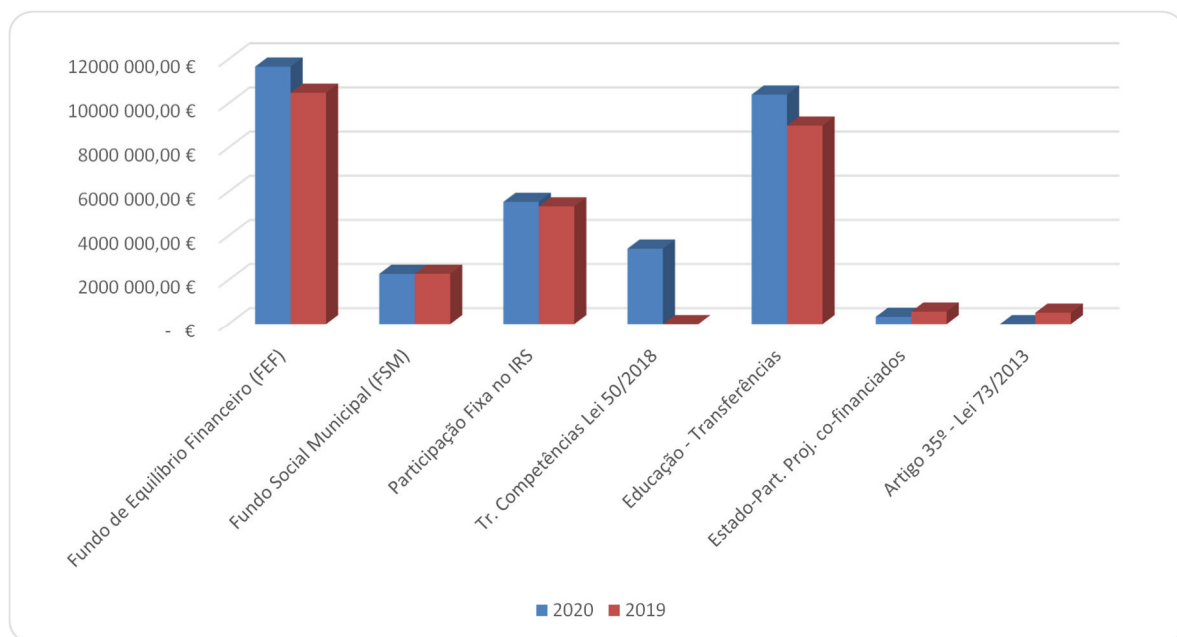


Gráfico 7: Transferências do orçamento de estado

d) Despesa

No ano de 2020 a despesa total paga foi de 76.613.164,73 euros, o que representa uma taxa de execução de 73,57%.

Da análise do quadro e gráficos seguintes atinentes à Evolução da Despesa Paga, verifica-se que o valor da despesa de capital tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos. Refira-se que o valor elevado verificado em 2019 tem a ver com a liquidação da dívida à EDP.

Valores em euros

	2017	2018	2019	2020
Despesa Capital	14 341 611,92 €	17 633 736,84 €	45 976 585,28 €	20 001 442,50 €
Despesa Corrente	58 144 836,03 €	52 290 188,58 €	56 085 697,59 €	56 611 722,23 €
Total Despesa	72 486 447,95 €	69 923 925,42 €	102 062 282,87 €	76 613 164,73 €

Quadro 14: Evolução da despesa paga

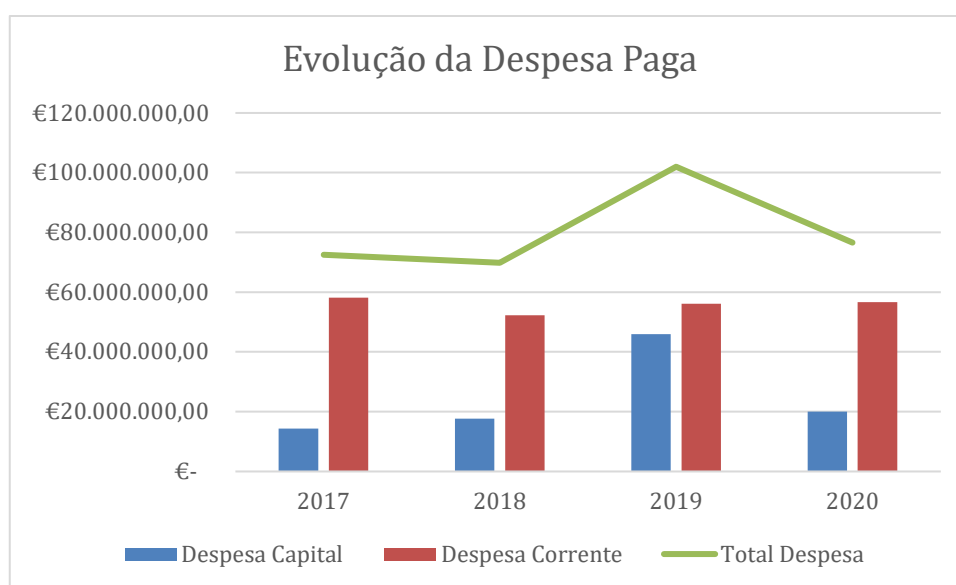


Gráfico 8: Evolução despesa paga

No ano de 2020 a taxa de execução da despesa foi de 73,57%, tal como se detalha no mapa seguinte:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Assembleia Municipal	56 865,03 €	34 639,44 €	60,92%
Operações Financeiras	7 557 623,00 €	7 284 240,93 €	96,38%
Órgãos Autárquicos e Administração Geral	11 732 407,68 €	9 329 695,99 €	79,52%
Proteção Civil, Segurança e Fiscalização	1 621 357,78 €	1 422 675,15 €	87,75%
Planeamento e Desenvolvimento Estratégico	708 568,10 €	521 912,99 €	73,66%
Modernização e Atendimento	1 051 939,52 €	842 381,10 €	80,08%
Recursos Humanos	4 522 739,73 €	3 913 595,94 €	86,53%
Cidadania e Participação	36 648,00 €	0,00 €	0,00%
Financeiro, Contabilidade e Património	8 628 799,26 €	4 532 391,05 €	52,53%
Aquisições e Contratação Pública	276 809,40 €	220 366,44 €	79,61%
Tecnologias de Informação	1 393 555,91 €	971 756,39 €	69,73%
Jurídico	480 769,99 €	383 104,53 €	79,69%
Protocolo	45 925,00 €	3 533,30 €	7,69%
Oficinas e Parque Automóvel	1 541 173,48 €	1 255 222,48 €	81,45%
Obras Municipais	15 191 611,03 €	7 295 443,15 €	48,02%
Mobilidade	155 739,00 €	50 081,40 €	32,16%
Coesão Social	6 750 977,20 €	3 867 413,12 €	57,29%
Cultura	1 662 290,03 €	990 507,08 €	59,59%
Urbanismo	951 137,05 €	768 148,59 €	80,76%
Educação, Formação e Emprego	17 529 848,81 €	14 826 677,27 €	84,58%
Desenvolvimento Económico e Turismo	1 144 154,99 €	555 385,39 €	48,54%
Espaços Públicos e Dinamização	1 488 216,86 €	1 141 425,70 €	76,70%
Proteção do Meio Ambiente, Florestas e Recursos Naturais	13 585 244,50 €	11 882 610,59 €	87,47%
Desporto e Gestão de Equipamentos	5 670 778,13 €	4 256 112,46 €	75,05%
Juventude e Tempos Livres	350 807,00 €	263 844,25 €	75,21%
Total	104 135 986,48 €	76 613 164,73 €	73,57%

Quadro 15: Despesa por unidade orgânica

Em termos de natureza de despesa, a execução foi a seguinte:

Valores em euros

	Dotação	Pago	Execução
Despesas Correntes	68 696 348,43 €	56 611 722,23 €	82,41%
Despesas de Capital	35 439 638,05 €	20 001 442,50 €	56,44%
Total Geral	104 135 986,48 €	76 613 164,73 €	73,57%

Quadro 16: Despesa por natureza

A execução do orçamento da despesa por classificação económica demonstra-se no mapa seguinte:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Despesas com Pessoal	27 722 172,08 €	25 795 800,39 €	93,05%
Aquisição de bens e serviços	31 048 785,35 €	22 905 698,65 €	73,77%
Juros e outros encargos	1 203 629,32 €	1 120 740,45 €	93,11%
Transferências correntes	7 381 195,68 €	6 241 707,50 €	84,56%
Subsídios	638 016,00 €	- €	0,00%
Outras despesas correntes	702 550,00 €	547 775,24 €	77,97%
Aquisição de bens de capital	27 367 311,37 €	12 380 700,37 €	45,24%
Transferências de capital	1 718 333,00 €	1 457 241,65 €	84,81%
Ativos financeiros	101 246,00 €	101 246,00 €	100,00%
Passivos financeiros	6 252 247,68 €	6 062 254,48 €	96,96%
Outras despesas de capital	500,00 €	- €	0,00%
Totais	104 135 986,48 €	76 613 164,73 €	73,57%

Quadro 17: tipos de despesa

e) Encargos com Empréstimos Bancários

No Serviço da Dívida inclui-se, para além dos encargos com os juros e amortizações de empréstimos contraídos pelo Município, os juros suportados com indemnizações e de garantias prestadas à Autarquia. No ano de 2020, os encargos com o serviço de dívida ascenderam a 7.182.994,93 euros, repartidos entre juros e amortização de capital.

Valores em euros	
Operações Financeiras	Valor
Juros e outros encargos	1 120 740,45 €
Passivos financeiros - amortização	6 062 254,48 €
Total	7 182 994,93 €

Quadro 18: Encargos com serviço da dívida

f) Transferências Correntes

Nesta rubrica incluem-se as transferências de natureza corrente efetuadas pela Autarquia a favor de terceiros, que em 2020 se repartiram da seguinte forma:

Valores em euros	
Transferências	Valor
Freguesias	1 460 330,28 €
Associações de Municípios	59 336,25 €
Outras Entidades	224 598,00 €
Administração Central (Escolas)	1 009 867,74 €
Instituições sem Fins Lucrativos	2 741 406,42 €
Famílias	737 762,81 €
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	8 406,00 €
Total	6 241 707,50 €

Quadro 19: Transferências correntes

Detalhe das transferências efetuadas para as Freguesias, no âmbito dos Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução celebrados (incluindo no âmbito dos Transportes Escolares):

Valores em euros	
Freguesia	Valor
Freguesia da Lomba	107 561,29 €
Freguesia de Baguim do Monte	144 198,96 €
Freguesia de Rio Tinto	330 103,02 €
União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	244 169,99 €
União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	173 150,34 €
União de Freguesias de Gondomar, Valbom e Jovim	296 039,75 €
União de Freguesias de Melres e Medas	165 106,93 €
TOTAL	1 460 330,28 €

Quadro 19: Distribuição por Freguesia

No que concerne às transferências efetuadas para Instituições sem Fins Lucrativos, destaca-se as realizadas a favor das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e as executadas no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo:

Valores em euros	
Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	2020
Areosa - Rio Tinto	148 979,61 €
Gondomar	156 094,89 €
Melres	94 400,50 €
São Pedro da Cova	141 300,45 €
Valbom	110 382,47 €

Quadro 20: Distribuição por corporação de bombeiros

Valores em euros

Programa de Apoio ao Associativismo	Valor
Cultural	178 531,29 €
Desportivo	470 082,49 €
Social	74 621,05 €
Sócio - Educativo	10 000,00 €
Paróquias e Conf. Vicentinas	15 300,00 €

Quadro 21: distribuição por natureza de apoio

g) Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2020 foi de 61,18%, conforme se dá conta no seguinte mapa, em que as rubricas GOP são agrupadas por classificação funcional:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Administração Geral	12 952 748,71 €	7 275 714,38 €	56,17%
Proteção civil e luta contra incêndios	662 020,00 €	650 707,92 €	98,29%
Educação	6 798 359,97 €	4 531 419,25 €	66,65%
Ação Social	1 467 260,00 €	756 391,59 €	51,55%
Habitação	2 543 681,00 €	858 898,79 €	33,77%
Saneamento	1 520 454,00 €	860 625,35 €	56,60%
Resíduos Sólidos	10 503 710,00 €	9 845 503,64 €	93,73%
Proteção meio ambiente e conservação natureza	1 515 748,90 €	958 176,03 €	63,21%
Cultura	764 014,00 €	305 994,52 €	40,05%
Desporto, recreio e lazer	2 128 306,00 €	1 584 922,70 €	74,47%
Transportes e comunicações	9 813 821,50 €	3 498 424,56 €	35,65%
Comércio Turismo e Outras funções Económicas	670 447,00 €	283 556,35 €	42,29%
Total	51 340 571,08 €	31 410 335,08 €	61,18%

Quadro 223: Classificação funcional das GOP

6) Cálculo Do Endividamento Municipal

a) Cálculo da Dívida Própria e de Entidades participadas

Valores em euros

CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro (RFALEI)

4º Trimestre de 2020

Nº 2, artigo 52º do RFALEI

Grupo	Valor em dívida	Peso da Dívida
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	144.793,68	0,19%
Fornecedores	4.147.554,53	5,46%
Estado e Outros Entes Públicos	317.939,59	0,42%
Financiamentos obtidos	61.496.167,04	80,97%
Fornecedores de investimentos	2.291.020,95	3,02%
Adiantamentos por conta de vendas	8.939,00	
Outras contas a pagar	2.825.451,06	
TOTAL DÍVIDA MUNICÍPIO DE GONDOMAR	71.231.865,85 €	93,79%

Empresas Participadas - alínea c) do nº 1 do artigo 54º do RFALEI

Nota: Dados a 31 de Dezembro de 2020

% Participação	EMPRESA	Valor	Peso da Dívida
14,24%	LIPOR Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	4.553.575,99 €	6,00%
6,29%	AdePorto - Agência de Energia do Porto	1.990,42 €	0,00%
33,330%	Parque das Serras do Porto	- €	0,00%
8,30%	Área Metropolitana do Porto	162.204,93 €	0,21%
	TOTAL DÍVIDA EMPRESAS PARTICIPADAS	4.717.771,35 €	6,21%
	DÍVIDA MUNICIPAL TOTAL - art. 52º LFL	75.949.637,20 €	100,00%

Quadro 234: Cálculo do endividamento municipal

Note-se que à data do encerramento de contas, os elementos disponibilizados pelas entidades participadas são os acima relevados e provisórios, atendendo a que na maioria das entidades o encerramento de contas é feito até 30 de junho, exceccionalmente este ano.

Dispõe o nº 1 do artigo 52º da LFL, quanto ao limite da dívida total do Município:

“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”

Assim, a receita média do Município de Gondomar, conforme dispõe o RFALEI é a seguinte:

Valores em euros

Cálculo dos limite de endividamento - nº 1, artigo 52º, RFALEI

Exercício	Receita
Receita corrente e outras receitas liquidadas de 2017	64.168.640,32 €
Receita corrente e outras receitas liquidadas de 2018	67.544.524,38 €
Receita corrente e outras receitas liquidadas de 2019	73.610.472,75 €
RECEITA MÉDIA	68.441.212,48 €

Quadro 245: Receita média dos últimos 3 exercícios

b) Margem apurada do Endividamento Municipal

A multiplicação do coeficiente 1,5 pela média da receita corrente dá como resultado 102.661.818,73 euros, determinando a 01 de janeiro de 2020.

Assim, os parâmetros nos termos da lei relativamente ao endividamento municipal são os seguintes resumidos no quadro abaixo:

Cálculo da margem de endividamento

Valor da Dívida TOTAL a 31 de Dezembro de 2019	80.026.875 €
Valor da Dívida TOTAL a 31 de Dezembro de 2020	75.949.637 €
Limite de Endividamento a 01 de Janeiro de 2020	102.661.819 €
Margem Alcançada	26.712.182 €
Nível endividamento	1,109706191

Quadro 25: Margem de endividamento

Como vem sendo habitual no Município de Gondomar, no exercício de 2020 voltou a reduzir o endividamento, alcançando uma margem, nos termos da lei, de endividamento de 26.712.182 €.

7) *Contabilidade de Gestão*

Na Administração Local, o objeto de controlo assume importância fulcral, exigindo sempre a implementação de um sistema de contabilidade que permita observar os procedimentos e os princípios básicos de controlo previstos.

Assim, e dada a importância em obter melhor informação de gestão o Município de Gondomar solicitou a uma consultora externa o apoio no Desenvolvimento da Contabilidade Analítica do Município.

Metodologia de projeto

A metodologia deste projeto aplicado na C.M de Gondomar passa pela realização das seguintes fases e respetivas atividades:

- 1) Apoio no desenvolvimento da contabilidade analítica.
 - a) Planeamento do projeto
 - b) Apoio na definição Estrutura de centros
 - c) Definição de Critérios de imputação
 - d) Identificação de requisitos do modelo
- 2) Apoio no processo de implementação da contabilidade analítica.
 - a) Fluxograma do processo de contabilidade Analítica,
 - b) Movimentação das contas da classe 9.
 - c) Constrangimentos ao processo de implementação

Atividades realizadas

1. Identificação das atividades principais e apoio na preparação do Plano de Contas de Contabilidade Analítica
 - 1.1. Levantamento da informação organizacional e contabilística existente.
 - 1.2. Análise da estrutura organizacional existente.
 - 1.3. Apoio na preparação do plano de contas para analítica.
 - 1.4. Análise do plano de contas no para analítica em conjunto com a C.M. Gondomar.
2. Apoio na definição dos critérios de imputação dos gastos indiretos

- 2.1. Levantamento de informação da receita e da despesa.
 - 2.2. Apoio na definição dos critérios de imputação a aplicar (diretos ou indiretos).
 - 2.3. Análise com a CM Gondomar dos processos de despesa e receita.
 - 2.4. Validação das tabelas de apoio aos módulos de analítica.
3. Identificação dos indutores de custo para cada atividade
 - 3.1. Identificação dos indutores de custo a imputar aos objetos de custo final.
 - 3.2. Apoio na alteração/ajustamento dos processos atuais, de acordo com as novas necessidades de informação.
 - 3.3. Validação da imputação dos gastos aos objetos de custo final
4. Apoio à implementação da Contabilidade Analítica
 - 4.1. Apoio na implementação e entrada de funcionamento dos vários módulos.
 - 4.2. Identificação de constrangimentos e definição processos de resolução.
 - 4.3. Apoio na validação dos Mapas de Reporte da Analítica extraídos dos sistemas informáticos.
 - 4.4. Acompanhamento dos lançamentos contabilísticos.
 - 4.5. Acompanhamento de implementação dos módulos de analítica pela AIRC.

No âmbito do projeto foram realizadas as seguintes tarefas:

Atividade	Sub-atividades	U.O. envolvidas	Status
1. Identificação das atividades principais e apoio na preparação do Plano de Contas de Contabilidade Analítica	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento da informação organizacional e contabilística existente. Análise da estrutura organizacional existente. 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento Económico e Financeiro. 	Atividade realizada
	<ul style="list-style-type: none"> Apoio na preparação do plano de contas para analítica. Análise do plano de contas no para analítica em conjunto com a C.M. Gondomar. 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento Económico e Financeiro. 	Atividade realizada
2. Apoio na definição dos critérios de imputação dos gastos indiretos	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento de informação da receita e da despesa. Apoio na definição dos critérios de imputação a aplicar (diretos ou indiretos). 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento Económico e Financeiro. Divisão de Recursos Humanos. Núcleo de Património. 	Atividade realizada
	<ul style="list-style-type: none"> Análise com a CM Gondomar dos processos de despesa e receita. Validação das tabelas de apoio aos módulos de analítica. 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento Económico e Financeiro. 	Atividade realizada



3. Identificação dos indutores de custo para cada atividade	<ul style="list-style-type: none">• Identificação dos indutores de custo a imputar aos objetos de custo final.• Apoio na alteração/ajustamento dos processos atuais, de acordo com as novas necessidades de informação.	<ul style="list-style-type: none">• Departamento Económico e Financeiro.• Divisão de Recursos Humanos.• Núcleo de Património.	Atividade realizada (*)
	<ul style="list-style-type: none">• Validação da imputação dos gastos aos objetos de custo final	<ul style="list-style-type: none">• Departamento Económico e Financeiro.	Atividade realizada (*)
4. Apoio à implementação da Contabilidade Analítica	<ul style="list-style-type: none">• Apoio na implementação e entrada de funcionamento dos vários módulos.• Identificação de constrangimentos e definição processos de resolução.	<ul style="list-style-type: none">• Departamento Económico e Financeiro.	Atividade realizada (*)
	<ul style="list-style-type: none">• Apoio na validação dos Mapas de Reporte da Analítica extraídos dos sistemas informáticos.• Acompanhamento dos lançamentos contabilísticos.• Acompanhamento de implementação dos módulos de analítica pela AIRC.	<ul style="list-style-type: none">• Departamento Económico e Financeiro.• Divisão de Recursos Humanos.• Núcleo de Património.	Atividade realizada (*)

Nestes termos, o Município de Gondomar tem vindo a desenvolver os trabalhos necessários à integral implementação da contabilidade de gestão, nos termos preconizados na NCP 27.

8) Indicadores Económico-Financeiros

Em seguida apresenta um balanço sintético, que adiante neste documento será mais detalhado no Anexo às Demonstrações financeiras, para que se possam extrair alguns indicadores económico financeiros.

BALANÇO SINTETICO		
31 de Dezembro de 2020		
Montantes expressos em EUROS		
RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2020	2019
ATIVO		
Activo não corrente	333.835.991,07	348.570.059,90
Activo corrente	57.136.903,64	16.725.733,18
TOTAL DO ATIVO	390.972.894,71	365.295.793,08
PATRIMÓNIO LIQUIDO		
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO	300.199.420,55	276.746.654,48
PASSIVO		
Passivo não corrente:	64.788.226,97	68.078.661,71
Passivo corrente:	25.985.247,19	20.470.476,89
TOTAL DO PASSIVO	90.773.474,16	88.549.138,60
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO E PASSIVO	390.972.894,71	365.295.793,08

Quadro 26: Balanço Sintético

Não existe comparabilidade entre o balanço de 2020 e o de 2019, dado este ser o primeiro ano de adoção do SNC-AP, não tendo sido reexpresso o balanço do ano anterior.

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da edilidade.

Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

a) Solvabilidade

Este rácio permite conhecer a capacidade do Município em dissolver os seus compromissos de médio/longo prazo.

Este indicador é calculado através da divisão entre Fundos Próprios e Passivo.

O seu valor deve ser superior a 50% para que haja boa solvabilidade, não devendo ser inferior a 35%.

O rácio de Solvabilidade do Município de Gondomar apresenta o valor de 330,71%, no que se pode concluir que é um bom indicador, uma vez que significa que o valor do património é suficiente para cobrir todas as dívidas da autarquia.

Este indicador tem vindo a subir ao longo dos últimos exercícios, conforme se comprova pelo quadro e gráfico abaixo:

Índice de solvabilidade	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Património Líquido / Passivo	330,71%	312,53%	119,28%	111,36%	104,85%	97,36%	97,18%	103,58%

Quadro 54: Índice de solvabilidade

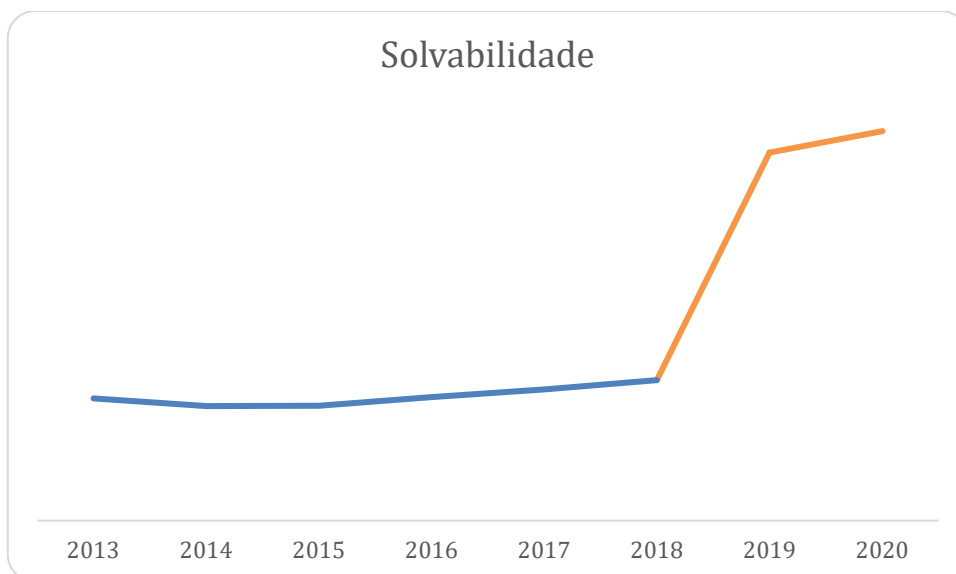


Gráfico 9: Índice de solvabilidade

— Alteração de política contabilística

b) *Liquidez Geral*

O Índice de Liquidez Geral representa a capacidade que a autarquia tem de dissolver os seus compromissos de curto prazo e é calculado através da divisão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, pelo que o seu valor deve ser superior a 1.

O valor encontrado foi de 219,99% o que significa que os seus direitos de curto prazo são mais do que suficientes para os seus passivos de curto prazo.

Aqui convém realçar a alteração da política contabilística, onde são contabilizados o valor total referente ao IMI, Participação no IRS e no IVA que até à entrada em vigor do SNC-AP, não eram contabilizados

Liquidez Geral	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Ativo Corrente / Passivo Corrente	219,88%	81,71%	70,26%	37,75%	62,78%	49,26%	38,93%	92,78%

Quadro 27: Índice de liquidez geral

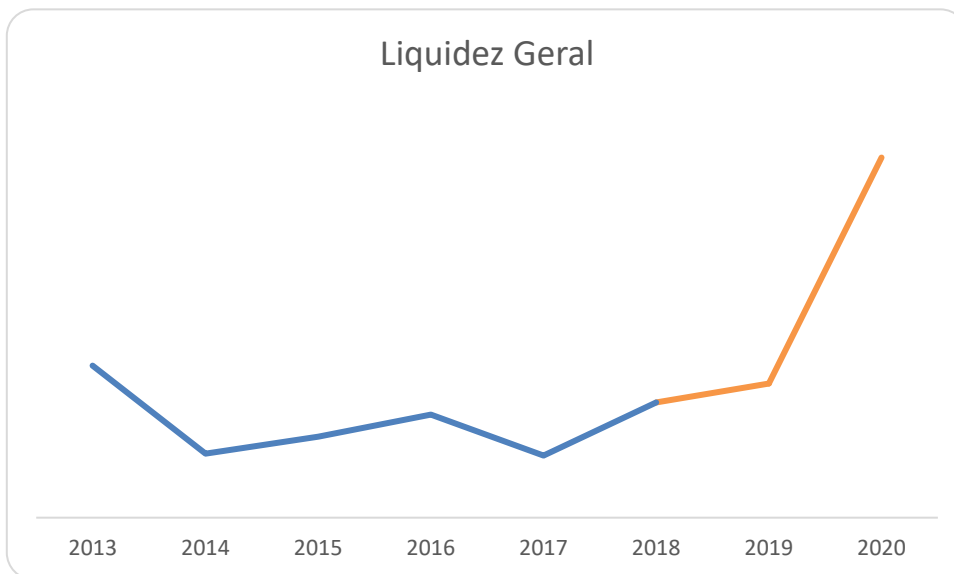


Gráfico 10: Índice de liquidez geral

— Alteração de política contabilística

c) Autonomia Financeira

Este rácio determina a dependência do Município face aos capitais alheios.

É calculado através da divisão dos Fundos Próprios com o Ativo Total Líquido e não deverá ter um percentual inferior a 35%.

O valor máximo de 100% representa a situação em que o Ativo Líquido é totalmente financiado por capitais próprios, não existindo qualquer dívida a pagar.

O grau de Autonomia Financeira do Município de Gondomar está fixado em 76,78%, o que representa alguma dependência de capitais alheios, mas há semelhança dos outros indicadores, também regista uma evolução positiva nos últimos anos.

Autonomia Financeira	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Património Líquido / Ativo Líquido	76,78%	75,76%	54,40%	52,69%	51,18%	49,33%	49,28%	50,88%

Quadro 28: Grau de autonomia financeira

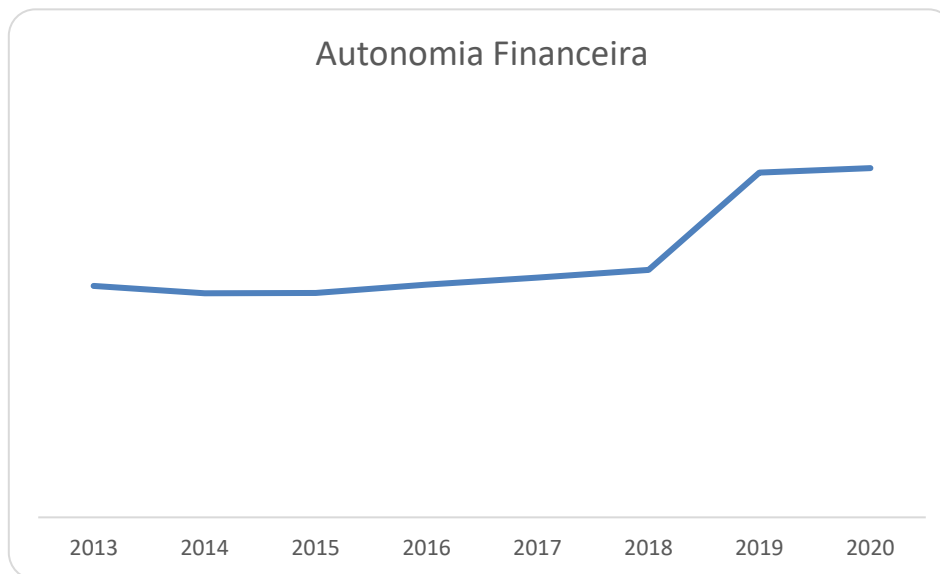


Gráfico 11: Grau de Autonomia Financeira

d) Estrutura

Este indicador avalia se o elemento principal da organização é o capital próprio (fundos próprios) ou o passivo de médio e longo prazo.

Este indicador deve ser inferior a 1, situação que revela um que a organização possui fundos próprios suficientes para comportar o passivo de médio e longo prazo.

Como se verifica este indicador tem vindo uma curva favorável ao longo dos últimos exercícios, na medida em que não foi contraída mais nenhuma dívida de médio e longo prazo.

Estrutura	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Passivo não Corrente / Património Líquido	0,22	0,25	0,76	0,81	0,88	0,91	0,90	0,89

Quadro 57: Índice de Estrutura

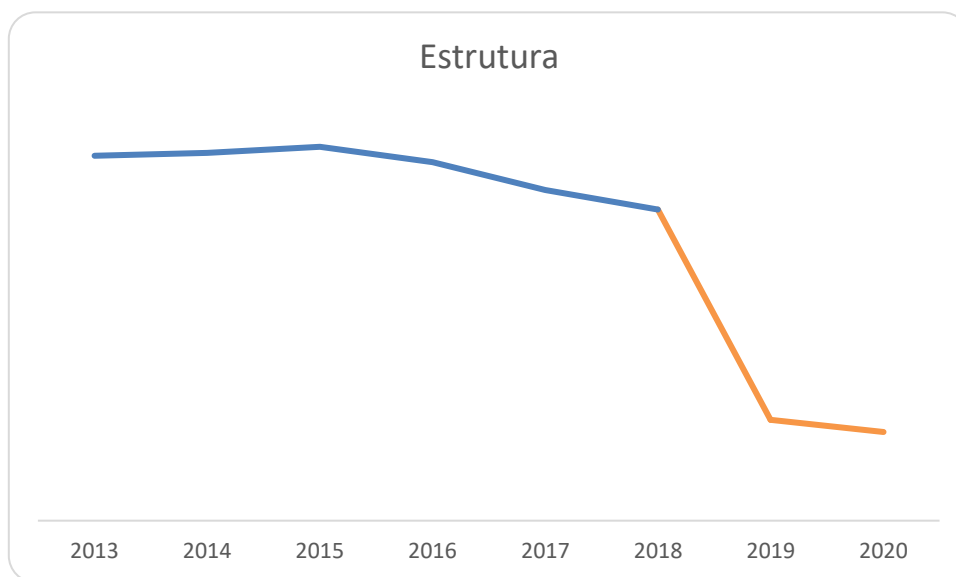


Gráfico 12: Índice de Estrutura

— Alteração de política contabilística

e) Endividamento Total

Este indicador permite verificar qual o grau de dependência do Município face a capitais alheios.

O normal é que o índice esteja entre 0 e 100%, sendo que quando maior o índice maior o nível de endividamento.

Ao longo dos últimos exercícios verifica-se uma tendência de descida, situando-se agora o passivo do Município num nível de 23 % face ao seu Ativo Total.

Endividamento Total	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Passivo Total /Ativo Total	0,23	0,24	0,46	0,47	0,49	0,51	0,51	0,49

Quadro 29: Índice de Endividamento Total

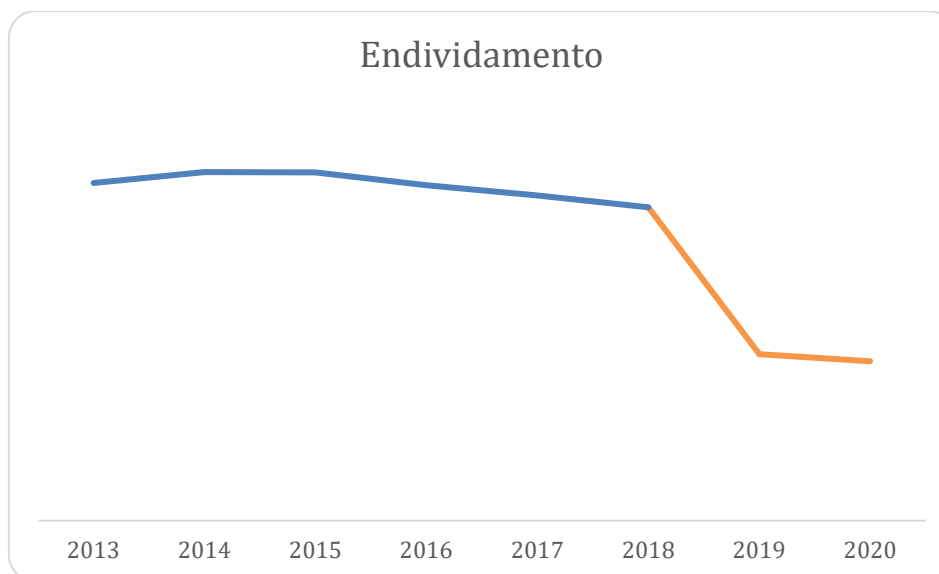


Gráfico 13: Índice de endividamento total

— Alteração de política contabilística

9) Proposta de Aplicação de Resultados

Apresenta-se a estrutura da Demonstração de Resultados por natureza, ainda que resumida, onde consta o apuramento do resultado económico de 2020.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS 31 de Dezembro de 2020

RUBRICAS	Montantes expressos em EURO	
	EXERCÍCIOS	
	2020	2019
RENDIMENTOS E GASTOS		
Impostos, Contribuições e Taxas	33.700.816,79	33.337.045,66
Prestações de Serviços	17.227.041,68	12.090.371,57
Transferências e subsídios correntes obtidos	31.384.320,83	29.242.685,37
Fornecimentos e serviços externos.....	(22.984.683,10)	(24.052.292,65)
Gastos com o pessoal.....	(26.736.266,15)	(24.803.098,31)
Transferências e subsídios concedidos	(7.265.710,21)	(6.049.668,17)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	(176.251,10)	
Provisões (aumentos/reduções).....	(3.165.536,93)	(182.104,33)
Outros rendimentos e ganhos.....	2.805.725,51	22.920.068,48
Outros gastos e perdas.....	(548.958,61)	(1.991.160,98)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	24.240.498,71	40.511.846,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	(16.089.075,84)	(23.137.289,97)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	8.151.422,87	17.374.556,67
Juros e rendimentos similares obtidos.....	27.793,75	35.430,41
Juros e gastos similares suportados.....	(1.201.460,04)	(393.256,51)
Resultado antes de impostos	6.977.756,58	17.016.730,57
Imposto sobre o rendimento do período.....		
Resultado líquido do período	6.977.756,58	17.016.730,57

Quadro 30: Demonstração sintética dos resultados por natureza

Desta forma, o resultado líquido de 2020 foi positivo no montante de € 6.977.756,58.

Propõe-se, assim, a seguinte aplicação de resultados:

- Que sejam constituídas reservas legais no montante de 348.887,83 € correspondente a 5% do resultado líquido;
- O restante valor, 6.628.868,75, seja transferido para a conta 561 – Resultados Transitados de Períodos Anteriores.

10) Situação Económico-Financeira

a) Demonstrações Financeiras

O Município encontra-se a aplicar o SNC-AP desde 1 de janeiro de 2020. Em conformidade com o respetivo manual de implementação, *“nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP, a informação relativa ao ano anterior poderá basear-se no POCAL, através de uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP”*, sem necessidade de reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP. Esta situação acarreta a perda de comparabilidade entre 2019 e 2020 e implica que algumas das variações apresentadas poderá não representar uma leitura direta.

De entre outras finalidades, no âmbito do SNC-AP, o relato financeiro das entidades públicas visa permitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações e do desempenho financeiro da entidade, permitir o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos e proporcionar informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

À semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), as demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

i. Balanço

Município de Gondomar			
Balanço em 31 de Dezembro de 2020		Valores em €	
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2020	Normativo Anterior 31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5, 9	326.846.719,45	341.416.927,52
Propriedades de investimento	8, 9	264.080,00	264.080,00
Ativos intangíveis	3, 9	1.525.358,16	1.439.180,01
Ativos biológicos			
Participações financeiras		2.677.495,86	2.677.495,86
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			12.908,89
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Cientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber		2.522.337,60	2.759.467,62
		333.835.991,07	348.570.059,90
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes		1.354.100,79	2.200.192,25
Estado e outros entes públicos		82.931,46	
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		34.194.982,83	1.514.305,41
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	21.504.888,56	13.011.235,52
		57.136.903,64	16.725.733,18
Total do Ativo		390.972.894,71	365.295.793,08
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		182.797.956,55	182.459.779,05
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		2.195.105,74	1.344.269,21
Resultados transitados		35.068.890,87	-2.891.953,51
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		73.159.710,81	78.817.829,08
Resultado líquido do período		6.977.756,58	17.016.730,65
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		300.199.420,55	276.746.654,48



Município de Gondomar			
Balço em 31 de Dezembro de 2020		Valores em €	
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2020	Normativo Anterior 31/12/2019
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	5.173.948,89	2.008.534,68
Financiamentos obtidos	7	55.470.006,05	62.001.077,43
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefcios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar		4.144.272,03	4.069.049,60
		64.788.226,97	68.078.661,71
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		144.793,68	
Fornecedores		4.147.554,53	4.491.136,45
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		8.939,00	8.939,00
Estado e outros entes públicos		317.939,59	560.988,76
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	6.026.160,99	5.726.325,76
Fornecedores de investimentos		2.291.020,95	1.566.664,23
Outras contas a pagar		7.700.767,39	4.558.171,38
Diferimentos		5.348.071,06	3.558.251,31
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		25.985.247,19	20.470.476,89
Total do Passivo		90.773.474,16	88.549.138,60
Total do Património Líquido e Passivo		390.972.894,71	365.295.793,08

ii. Demonstração de resultados por natureza

Município de Gondomar			
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2020			Valores em €
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2020	31/12/2019
Impostos, contribuições e taxas	13,14	33 700 816,79	33.337.045,66
Vendas	13	74,59	
Prestações de serviços e concessões	13	17 226 967,09	12.090.371,57
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre	13		
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	31 384 320,83	29.242.685,37
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-22 984 683,10	-24.052.292,65
Gastos com pessoal		-26 736 266,15	-24.803.098,31
Transferências e subsídios concedidos		-7 265 710,21	-8.049.688,17
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-176 251,10	
Provisões (aumentos/reduções)		-3 165 536,93	-182.104,33
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14	2 805 725,51	22.920.068,48
Outros gastos		-548 958,61	-1.991.180,98
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		24 240 498,71	40.118.590,13
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-16 089 075,84	- 23.137.289,97
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		8 151 422,87	16.981.300,16
Juros e rendimentos similares obtidos	13	27 793,75	35.430,41
Juros e gastos similares suportados		-1 201 460,04	393.256,51
Resultado antes de impostos		6 977 756,58	17.016.730,65
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		6 977 756,58	17.016.730,65
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		6 977 756,58	17.016.730,65



iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Município de Gondomar			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2020			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		10.260.618,53	
Recebimentos de contribuintes		34.430.432,19	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		33.639.432,39	
Recebimentos de utentes		813,50	
Pagamentos a fornecedores		-24.672.922,99	
Pagamentos ao pessoal		-25.331.101,09	
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-6.077.289,97	
Pagamentos de prestações sociais		-365.499,62	
Caixa gerada pelas operações		21.884.482,94	0,00
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		1.599.912,33	
Outros pagamentos		-1.584.851,01	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		21.899.544,26	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-12.130.232,61	
Ativos intangíveis		-311.639,88	
Propriedades de investimento		-443,37	
Investimentos financeiros		-101.246,00	
Outros ativos		-2.343,54	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		59.008,74	
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		2.492.353,89	
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		1.913.561,37	
Transferências de capital		1.966.292,00	
Juros e rendimentos similares		875,00	
Dividendos		26.918,75	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-6.086.895,65	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-6.062.254,48	
Juros e gastos similares		-1.280.972,09	
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-7.343.226,57	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		8.469.422,04	
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		13.011.235,52	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		21.504.888,56	
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		13.011.235,52	
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		13.011.235,52	0,00
De execução orçamental		8.594.212,37	



Município de Gondomar			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2020			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2020	31/12/2019
De operações de tesouraria		4.417.023,15	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		21.504.888,56	
- Equivalentes a caixa no fim do período		-2.197.451,09	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		2.197.451,09	
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		21.504.888,56	0,00
De execução orçamental		16.897.119,36	
De operações de tesouraria		4.607.769,20	

iv. Demonstração das alterações ao património líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO													
MUNICÍPIO DE GONDOMAR													
	Notas	Capital / Património suscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Unidade Monetária: euro
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	182.429.778,05		1.844.289,11			-2.891.933,21			71.817.839,08	17.016.730,65	276.746.624,48	276.746.624,48
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Ajustamentos de transição de referência contabilístico							21.909.437,78			-5.289.092,97		16.620.364,81	16.136.831,99
Alterações de políticas contabilísticas													16.620.364,81
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Excedentes de revalorização e respetivas variações													
Transferências e adições de capital				850.836,23			16.465.894,12			1.966.292,00		1.966.292,00	1.966.292,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							-114.507,32			-2.332.317,30	-17.016.730,65	-2.332.317,30	-2.332.317,30
Correção de erros materiais										-114.507,32		-114.507,32	-114.507,32
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)	0,00	0,00	850.836,23	0,00	0,00	17.960.844,38	0,00		-5.658.118,27	-17.016.730,65	16.136.831,99	16.136.831,99
RESULTADO INTEGRAL	(3)										6.977.796,38	6.977.796,38	6.977.796,38
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(4)=(2)+(3)										-10.038.974,07	23.114.988,37	23.114.988,37
Suscrições de capital/património													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações		338.177,50										338.177,50	338.177,50
Suscrições de prémios de emissão													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	(5)	182.797.596,35	0,00	2.195.105,34	0,00	0,00	35.062.890,87	0,00	0,00	71.159.710,81	6.977.796,38	300.199.420,35	300.199.420,35
(6)=(1)+(2)+(3)+(4)													

Quadro 33: Demonstração das alterações ao património líquido

11) Anexo às demonstrações financeiras

a) Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente no que se refere à Norma de Contabilidade Pública 1, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão da conta apresentada para o período de relato.

As notas relativamente às quais se considere não haver informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão apresentadas.

b) Nota 0 | ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

As presentes demonstrações financeiras constituem as primeiras demonstrações financeiras apresentadas pelo Município de Gondomar em conformidade com as normas de contabilidade pública e de relato financeiro, previstas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, em vigor à data de 01 de janeiro de 2020.

Com a adoção pela primeira vez deste novo referencial contabilístico, torna-se relevante a presente divulgação transitória, tendo em conta a forma como a transição do normativo contabilístico anterior (POCAL), para o atual, afetou a posição e o desempenho financeiro relatados.

Na adoção do novo referencial contabilístico, o Município de Gondomar preparou o seu balanço de abertura na data de transição de 1 de janeiro de 2020.

Neste processo de transição foi necessário:

- a) Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;

- b) Reconhecer itens como ativos, apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública;
- c) Reclassificar itens que forem reconhecidos de acordo com o POCAL numa determinada categoria, mas que de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem agora a outra;
- d) Aplicar as Normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos resultantes da alteração das políticas contabilísticas com referência ao POCAL para o SNC-AP, têm o seu reflexo na conta 564 - Ajustamentos de transição para SNC-AP, criada especificamente para o efeito.

De acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística, as primeiras demonstrações financeiras de uma entidade preparadas nos termos do novo normativo devem incluir o ano anterior como informação comparativa, podendo basear-se no normativo contabilístico anterior (POCAL), sem necessidade de o reexpressar com base nas NCP relevantes, através de uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras definidas em SNC-AP. Esta situação acarretou a perda de comparabilidade entre 2019 e 2020, sendo retomada com as demonstrações financeiras para 2021.

Nos termos da NCP 1, as entidades devem efetuar um conjunto de divulgações específicas no primeiro período de relato em que aplicam o SNC-AP, em concreto a forma como a transição do POCAL afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados, através da reconciliação do balanço a 31.12.2019 preparado em POCAL, convertido para as rubricas definidas em SNC-AP, com o balanço de abertura a 01.01.2020 de acordo com o SNC-AP.

A adoção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCP teve o seguinte efeito o balanço de abertura a 1 de janeiro de 2020, face ao valor final de 31 de dezembro de 2019:

Município de Gondomar									
Reconciliação para Balanço de Abertura do SNC-AP (2020 até 01/01/2020)									
Rubricas do Balanço (1)	Valores conforme POCAL 31/12/2019 (2)	Reconhe- (3)	Desreco- (4)	Critério de (5)	Imparidades / (6)	Outros (7)	Erros (8)	Reclassi- (9)	SNC-AP (10) = (2) + ... + (9)
ATIVO									
Ativo não corrente									
Ativos fixos tangíveis	341.416.927,52	-	10.500.766,45	-	-	-	-	-	330.916.161,07
Propriedades de investimento	264.080,00	-	-	-	-	-	-	-	264.080,00
Ativos intangíveis	1.439.180,01	-	1.225,08	-	-	-	-	-	1.437.954,93
Participações financeiras	2.677.495,86	-	-	-	-	-	-	-	2.677.495,86
Diferimentos	12.908,89	-	-	-	-	-	-	-	12.908,89
Outras contas a receber	2.759.467,62	-	-	-	-	-	-	-	2.759.467,62
Sub-total	348.570.059,90	-	10.501.991,53	-	-	-	-	-	338.068.068,37
Ativo corrente									
Clientes, contribuintes e utentes	2.200.192,25	-	-	-	-	-	-	-	2.200.192,25
Outras contas a receber	1.514.305,41	27.139.359,61	-	-	-	-	-	-	28.653.557,44
Caixa e depósitos	13.011.235,52	-	-	-	-	-	-	-	13.011.235,52
Sub-total	16.725.733,18	27.139.359,61	-	-	-	-	-	-	43.864.985,21
TOTAL DO ATIVO	365.295.793,08	27.139.359,61	-	-	-	-	-	-	381.933.053,59
PATRIMÓNIO LÍQUIDO									
Património/Capital	182.459.779,05	-	-	-	-	-	-	-	182.459.779,05
Reservas	1.344.269,21	-	-	-	-	-	-	-	1.344.269,21
Resultados transferidos	2.891.953,51	32.411.556,89	-	-	-	-	-	-	19.017.504,27
Outras variações no Património Líquido	78.817.829,08	5.289.092,97	-	-	-	-	-	-	73.528.736,11
Resultado líquido do período	17.016.730,65	-	-	-	-	-	-	-	17.016.730,65
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	276.746.654,48	27.122.463,92	-	-	-	-	-	-	293.367.019,29
PASSIVO									
Passivo não corrente									
Provisões	2.008.534,68	-	-	-	-	-	-	-	2.008.534,68
Financiamentos obtidos	62.001.077,43	-	-	-	-	-	-	-	62.001.077,43
Outras contas a pagar	4.069.049,60	-	-	-	-	-	-	-	4.069.049,60
Sub-total	68.078.661,71	-	-	-	-	-	-	-	68.078.661,71
Passivo corrente									
Fornecedores	4.491.136,45	16.895,69	-	-	-	-	-	-	4.508.032,14
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	8.939,00	-	-	-	-	-	-	-	8.939,00
Estado e outros entes públicos	560.988,76	-	-	-	-	-	-	-	560.988,76
Financiamentos obtidos	5.726.325,76	-	-	-	-	-	-	-	5.726.325,76
Fornecedores de investimentos	1.566.664,23	-	-	-	-	-	-	-	1.566.664,23
Outras contas a pagar	4.558.171,38	-	-	-	-	-	-	-	4.558.171,38
Diferimentos	3.558.251,31	-	-	-	-	-	-	-	3.558.251,31
Sub-total	20.470.476,89	16.895,69	-	-	-	-	-	-	20.487.372,58
TOTAL DO PASSIVO	88.549.138,60	16.895,69	-	-	-	-	-	-	88.566.034,29
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO	365.295.793,08	27.139.359,61	-	-	-	-	-	-	381.933.053,59

Nota: As reclassificações entre rubricas encontram-se refletidas no balanço reportado a 31/12/2019

Quadro 34: Balancete de abertura

Os ajustamentos elencados na reconciliação do balanço de abertura resultam das diferenças identificadas entre os normativos POCAL e SNC-AP destacando-se:

- Reconhecimento de ativos correntes, nomeadamente, contas a receber, cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Alteração (reconhecimento/desreconhecimento) ao valor contabilístico dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e subsídios obtidos para aquisição de ativos depreciables, no seguimento das alterações às vidas úteis dos edifícios e outras construções;

No global, os ajustamentos efetuados resultaram num aumento do património líquido no montante de 16.620.364.81 €

c) Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Os elementos da caracterização da entidade de acordo com o SNC-AP, e complementados conforme as instruções do Tribunal de Contas, são os constantes do seguinte mapa:

	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		
1	Identificação da entidade: MUNICÍPIO DE GONDOMAR		
1.2	ENDEREÇO POSTAL: Praça Manuel Guedes, 4420-193 GONDOMAR		
	TELEFONE- TELEFAX: 22 466 05 00 / 22 466 05 66		
	Número de identificação Fiscal: 506 848 957		
	Site: www.cm-gondomar.pt		
	Email: geral@cm-gondomar.pt / contabilidade@cm-gondomar.pt		
1.3	NÚMEROS DE ELEITORES		
MUNICÍPIO	Até 10 000		
	Mais de 10 000 e menos de 40 000		
	Igual ou superior a 40 000		X

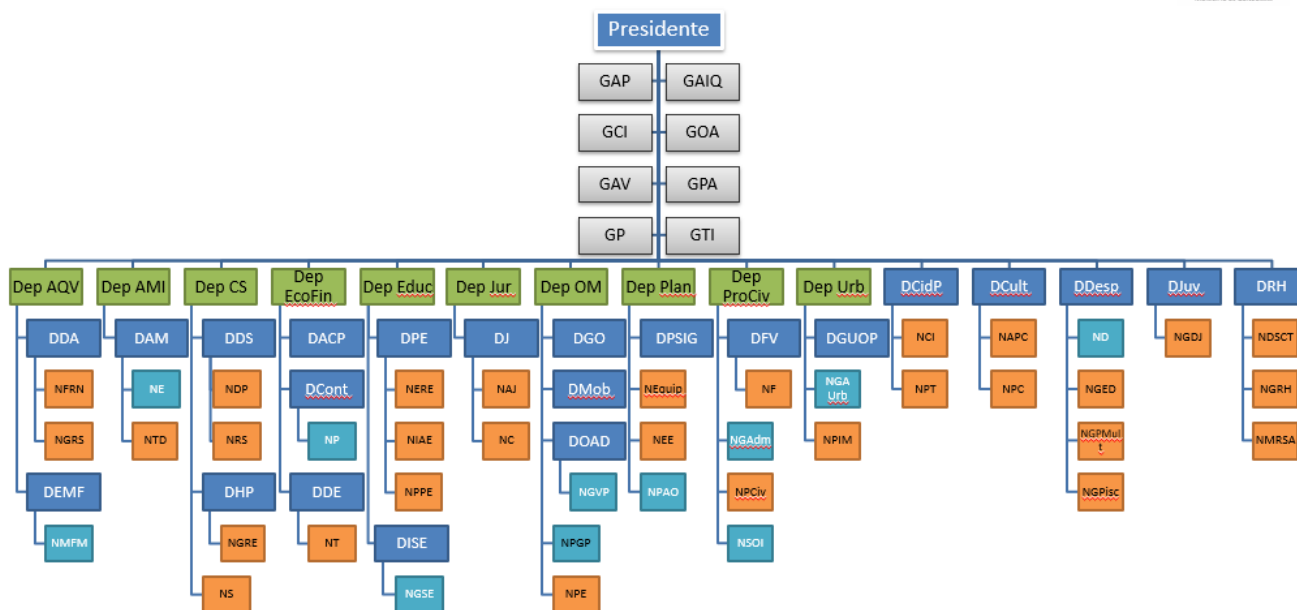


GONDOMAR
e Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

2	LEGISLAÇÃO	
Regime Financeiro Lei 73/2013 de 3 de setembro Regime Jurídico Lei 75/2013 de 12 de setembro		
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	
3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS A Câmara tem Serviços Municipalizados? <input type="checkbox"/> Não Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:	
3.2	ÓRGÃOS Tem órgãos de natureza consultiva? <input type="checkbox"/> Não Tem órgãos de fiscalização? (Revisor Oficial de Contas) <input type="checkbox"/> Sim	
3.3	ORGANOGRAMA	

Estrutura Orgânica



Legenda de gráficos:



Gráfico 14: Organograma



GONDOMAR

e Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Dep AMI - Departamento de Atendimento Municipal e Inovação
Dep AQV - Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida
Dep CS - Departamento de Coesão Social
Dep EcoFin - Departamento Económico e Financeiro
Dep Educ - Departamento de Educação
Dep Jur - Departamento Jurídico
Dep OM - Departamento de Obras Municipais
Dep Plan - Departamento de Planeamento Estratégico e Equipamento
Dep ProCiv - Departamento de Proteção Civil, Segurança e Fiscalização
Dep Urb - Departamento de Urbanismo
DACP - Divisão de Aquisições e Contratação Pública
DAM - Divisão de Atendimento Municipal
DCidP - Divisão de Cidadania e Participação
DCont - Divisão de Contabilidade
DCult - Divisão da Cultura
DDA - Divisão de Desenvolvimento Ambiental
DDE - Divisão de Desenvolvimento Económico
DDesp - Divisão do Desporto
DDS - Divisão de Desenvolvimento Social
DEVMF - Divisão de Espaços Verdes, Mercados e Feiras
DFV - Divisão de Fiscalização e Vistorias
DGUOP - Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares
DHS - Divisão de Habitação Social
DISE - Divisão de Intervenção Socio escolar
DJ - Divisão Jurídica
DJuuv - Divisão da Juventude
DMTGO - Divisão de Mobilidade, Trânsito e Gestão de Obras
DOAD - Divisão Operacional e de Administração Direta
DPE - Divisão de Prospetiva Educativa
DPSIG - Divisão de Planeamento e SIG

DRH - Divisão de Recursos Humanos
GAIQ - Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade
GAP - Gabinete de Apoio à Presidência
GAV - Gabinete de Apoio à Vereação
GCI - Gabinete de Comunicação e Imprensa
GOA - Gabinete dos Órgãos Autárquicos
GP - Gabinete de Protocolo
GPA - Gabinete de Proteção Animal;
GTI - Gabinete de Tecnologias de Informação
NAdm - Núcleo de Gestão Administrativa (4º Grau)
NAJ - Núcleo de Apoio Jurídico (3º Grau)
NAPC - Núcleo de Arquivo e Património Cultural (3º Grau)
NC - Núcleo de Contencioso (3º Grau)
NCI - Núcleo de Cidadania e Igualdade (3º Grau)
ND - Núcleo de Desporto (4º Grau)
NDEP - Núcleo de Desenvolvimento de Projetos (3º Grau)
NDSCT - Núcleo de Desenvolvimento Socioprofissional e Condições de Trabalho (3º Grau)
NE - Núcleo de Expediente (4º Grau)
NEE - Núcleo de Estudos Estratégicos (3º Grau)
NEquip - Núcleo de Equipamento (3º Grau)
NERE - Núcleo de Equipamentos e Recursos Escolares (3º Grau)
NF - Núcleo de Fiscalização (3º Grau)
NFRN - Núcleo de Florestas e Recursos Naturais (3º Grau)
NGA - Núcleo de Gestão Administrativa
NGA Urb - Núcleo de Gestão Administrativa (4º Grau)
NGAdm - Núcleo de Gestão Administrativa (4º grau)
NGC - Núcleo de Gestão Cultural (3º Grau)
NGDJ - Núcleo de Gestão e Dinamização da Juventude (3º Grau)
NGED - Núcleo de Gestão de Equipamentos Desportivos (3º Grau)

NGPisc - Núcleo de Gestão de Piscinas Municipais (3º Grau)
NGPMult - Núcleo de Gestão do Pavilhão Multiusos (4º Grau)
NGRE - Núcleo de Gestão de Recursos e Equipamentos (3º Grau)
NGRH - Núcleo de Gestão de Recursos Humanos (3º Grau)
NGRS - Núcleo de Gestão de Resíduos e Serviços (3º Grau)
NGSE - Núcleo de Gestão Sócio escolar
NGVP - Núcleo de Gestão da Via Pública (3º Grau)
NI - Núcleo de Inovação (3º Grau)
NIAE - Núcleo de Intervenção e Acompanhamento Educativo (3º Grau)
NMFM - Núcleo de Mercados, Feiras e Metrologia (4º Grau)
NMRSA - Núcleo de Metodologias de recrutamento e seleção, Avaliação e gestão administrativa (4º Grau)
NO - Núcleo de Oficinas (4º Grau)
NP - Núcleo de Património (4º Grau)
NPAuto - Núcleo de Parque Automóvel (4º Grau)
NPC - Núcleo de Proteção Civil (3º Grau)
NPE - Núcleo de Projetos e Estudos (3º Grau)
NPIM - Núcleo de Projetos de Interesse Municipal (3º Grau)
NPPE - Núcleo de Planeamento e Projetos Educacionais (3º Grau)
NPT - Núcleo de Participação e Transparência (3º Grau)
NRS - Núcleo de Respostas Sociais (3º Grau)
NS - Núcleo de Saúde (4º Grau).
NSOI - Núcleo de Segurança, Operações e Informações (4º grau)
NT - Núcleo de Turismo (3º Grau)
NTD - Núcleo de Tramitação Documental (3º Grau)

4	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES
	Constituem atribuições do Município aqueles que estão definidos na Lei que regula a sua atividade, nomeadamente: a) Equipamento rural e urbano; b) Energia; c) Transportes e comunicações; d) Educação; e) Património, cultura e ciência; f) Tempos livres e desporto; g) Saúde; h) Ação social; i) Habitação; j) Proteção civil; k) Ambiente e saneamento básico; l) Defesa do consumidor; m) Promoção do desenvolvimento; n) Ordenamento do território e urbanismo; o) Polícia municipal; p) Cooperação externa.



5	RECURSOS HUMANOS
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO
Mandato 2017-2021	
Presidente	Marco André dos Santos Martins Lopes
Vice-Presidente	Luís Filipe Castro de Araújo
Vereadores	Maria Aurora Moura Vieira
	José Fernando da Silva Moreira
	Sandra Eunice Ramos de Almeida
	Cláudia Manuela Ramos Vieira
	Valentim dos Santos de Loureiro
	Leonel Arcanjo Neves Viana
	Daniel Filipe Oliveira Vieira
	José António da Silva Pinto
	Jorge Nelson Sousa Neves
Vice-Presidente	1
Em regime de permanência	4
A meio tempo	0
Restantes vereadores	5

6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		
	Normativo Contabilístico	SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas	
		Aplicações pertencentes ao ERP - AIRC Associação de Informática da Região Centro	
	1- Descrição das características do Sistema informático	SNC - Contabilidade SNT – Tesouraria SNP – Património SGF – Faturação TAX – Aplicação de Taxas	
	2- Demonstrações Financeiras intercalares documentadas		Não
	3- Descentralização contabilística		Não

7	OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE			
7.1	Fundos Municipais atribuídos			
		Corrente	Capital	Total
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	11.667.213,00 €	1.296.357,00 €	12.963.570,00 €
	Fundo Social Municipal	2.278.209,00 €		2.278.209,00 €
	Participação no IRS	5.538.804,00 €		5.538.804,00 €
	Transf. Competências – Lei 50/2018	3.420.593 €	111.665,00 €	3.532.257,69 €
	Artigo 35º RFALEI		669.935,00 €	669.935,00 €
	Participação no IVA	549.060,00 €		549.060,00 €
	TOTAL	23.974.616,69 €	2.077.957,00 €	26.052.573,69 €
7.3	Ações de Fiscalização			
	Identificação da última inspeção, averiguação ou inquérito, realizado ao município:			
	Data de ação – Desde junho de 2018 - Período abrangido 01/01/2017 a 31/12/2017 – Entidade: IGF –			
	Inspeção Geral de Finanças – Controlo do Endividamento.			

Quadro 35: Caracterização da entidade

De acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP, elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística, as primeiras demonstrações financeiras de uma entidade preparadas nos termos do novo referencial contabilístico devem incluir o ano anterior como informação comparativa, podendo basear-se no normativo anterior (POCAL), através de uma mera conversão de saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras definidas em SNC-AP, sem ter que ser reexpressas com base nas NCP relevantes. Tal circunstância resulta na perda de comparabilidade entre 2019 e 2020, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras para 2021.

A Comissão de Normalização Contabilística concluiu que a apresentação das constas relativas ao ano precedente (2019), nos termos do novo referencial contabilístico implicaria custos superiores aos benefícios obtidos.



De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Conta	Euros	
Caixa		48.921,70 €
Depósitos à ordem		19.258.515,77 €
Depósitos à ordem no Tesouro		
Depósitos bancários à ordem	19.258.515,77 €	
Depósitos a prazo		
Depósitos de garantias e cauções		2.197.451,09 €
Total de caixa e depósitos		21.504.888,56 €

Quadro 36: Discriminação saldos bancários

d) Nota 2 - Principais políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contábilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As políticas contábilísticas apresentadas na nota 2 foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2020.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis

A partir da data de transição, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para o SNC-AP, o Município de Gondomar considerou como custo dos ativos fixos tangíveis o seu custo de aquisição.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Entidade, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em melhorias ou melhorias significativas. Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o

recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, as Propriedades de Investimento foram objeto de reclassificação de acordo com as normas de contabilidade pública atuais.

O órgão executivo considera que o justo valor das propriedades de investimento corresponde ao seu valor líquido contabilístico.

Ativos intangíveis

O Município de Gondomar reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para o Município e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

Participações Financeiras

Os investimentos financeiros relevados no balanço encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidades.

O Município detém ainda participações em entidades não societárias, cuja participação não se encontra revelada no balanço, dado não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos no SNC-AP.

Instrumentos Financeiros

1. Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e outras contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber, por regra, seis meses após a data de vencimento.

2. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, dado o valor nominal não diferir significativamente do custo amortizado, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

3. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal.

4. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação.

5. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica «Caixa e depósitos» correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Acordos de concessão de serviços: Concedente

De acordo com a “NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente” os acordos de concessão de serviços devem ser reconhecidos quando o Município de Gondomar controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os contratos de concessão em vigor serão analisados no período de 2021, a fim de aferir-se sobre a obrigatoriedade do Município proceder ao registo contabilístico dos ativos adquiridos no decurso do contrato de concessão de acordo com a “NCP 5 – Ativos fixos tangíveis”.

Foi solicitado às entidades concessionárias a identificação e valorização dos ativos em concessão. Até ao momento da elaboração do presente relatório a informação não foi rececionada, pelo que não foi possível proceder ao registo contabilístico dos bens adquiridos no decurso do contrato de concessão de acordo com a “NCP 5 – Ativos fixos tangíveis”.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Os terrenos não são depreciables.

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Próprios e subsequentemente, quando respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, são mantidos nos Fundos Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

1. A Entidade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
2. É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
3. É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras.

A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e Passivos Contingentes

O Município de Gondomar reconhece os Ativos e Passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.



Os Ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos. Os ativos e passivos contingentes são avaliados, no final de cada período de relato continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da entidade quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros Ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rendimentos

As matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, são abordadas tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

Transferências e subsídios obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se cumprirão as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica Imputação de subsídios e transferências para investimentos) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos

relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Acontecimentos após a data de Balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 17.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os Ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade.

O montante de perda, a inscrever em resultados, para Ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis

A vida útil estimada e valor residual do equipamento operacional foram determinados pelo Município de Gondomar de acordo com o Classificador Complementar 2 que consta da Portaria n.º 189/2016 ou

CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado que constava da Portaria n.º 671/2000 que, com base na nossa experiência, consideramos uma boa estimativa da vida útil destes Ativos.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Município de Gondomar quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores.

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo:

- Alterações da conjuntura económica,
- Deterioração da situação creditícia dos principais utentes e contribuintes e de incumprimentos significativos, face à situação pandémica.

Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos.

As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras do Município foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, organizados elaborados de acordo com as NCP em vigor à data da elaboração das mesmas.

Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

O SNC-AP requer que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo,

passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

Erros Materiais de Períodos Anteriores

Em 2020 foi reconhecido na rubrica de balanço “património/capital” o montante de 338.177,50€ relativo à inclusão de bens imóveis, já pertencentes à Autarquia à data da realização do inventário inicial em 2003, mas que ainda não se encontravam inventariados, tendo sido registados nesta rubrica conforme instruções do SATAPOCAL, e deliberada a sua inclusão por decisão da Câmara Municipal:

43031 – Infraestruturas rodoviárias no valor de 338.177,50€;

Foi ainda debitada a rubrica “Resultados Transitados” no valor líquido de 114.507,52€, pela regularização dos saldos de clientes, contribuintes e utentes.

e) Nota 3 - Ativos intangíveis

Os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo depreciados pelo método da linha reta, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Município de Gondomar										
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO										
Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Ajustamentos SNC-AP	Adições	Trasnfr. Internas	Revalorizaç ões	Rev. Perdas Impar.	Perdas Imparidade	Amort. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	1.439.180,01	- 1.225,08	230.041,60	-	-	-	-	- 142.638,37	-	1.525.358,16
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	0	0	0	-	-	-	-	-

Quadro 37: Ativos Intangíveis – quantia escriturada

**f) Nota 4 - Acordos de concessão de serviços:
concedente**

Resumo dos acordos de concessão de serviço:

	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano Corrente	Anos Futuros
Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão	E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Distribuição do serviço público de Energia Elétrica	Até Setembro 2021				
Contrato de concessão do serviço público de abastecimento de água	Águas de Gondomar, SA	Serviço público de abastecimento de água	Até Setembro 2031				

Foi solicitado às entidades concessionárias a identificação e valorização dos ativos em concessão. Até ao momento da elaboração do presente relatório a informação não foi rececionada, pelo que não foi possível proceder ao registo contabilístico dos bens adquiridos no decurso do contrato de concessão.

g) Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Anual (Período 14)

Município de Gondomar

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Ajustamentos SMC-AP	Variações					Depreciação Período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
			Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Rev. Perdas Impar.	Perdas Imparidade			
Bens de dominio publico, patrimonio historico, artistico e cultural										- €
Terenos e recursos naturais	5.803.300,02	- 60.529,62	10.035,87	-	-	-	-	-	-	5.752.806,27
Edificios e outras construções	793.637,41	1.357.679,77	-	-	-	-	-	-	-	1.656.976,22
Infraestruturas	27.898.317,81	1.761.898,65	3.678.754,13	-	-	-	-	-	-	24.943.305,70
Patrimonio historico, artistico e cultural	266.556,23	35.062,51	-	-	-	-	-	-	-	301.618,74
Outros	4.909.626,66	- 155.947,94	150.719,73	-	-	-	-	-	-	4.904.398,47
Bens de dominio publico em curso	13.615.014,43	-	2.321.246,51	-	-	-	-	-	-	15.656.835,30
Ativos fixos em concessão										-
Terenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimonio historico, artistico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis										-
Terenos e recursos naturais	46.478.524,63	-	1.188.290,83	-	-	-	-	-	-	47.254.676,59
Edificios e outras construções	235.830.863,20	- 11.551.522,43	301.417,76	-	-	-	-	-	-	219.641.215,98
Equipamento básico	1.069.536,83	323.397,12	189.915,69	-	-	-	-	-	-	990.636,59
Equipamento de transporte	455.417,46	- 58.524,69	78.520,57	-	-	-	-	-	-	363.526,83
Equipamento administrativo	949.562,65	- 275.993,06	331.522,95	-	-	-	-	-	-	324.726,01
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	723.267,95	- 432.797,60	167.655,26	-	-	-	-	-	-	360.988,06
Ativos fixos tangíveis em curso	2.623.302,20	-	3.021.706,50	-	-	-	-	-	-	5.645.008,70
Total	341.416.927,52		11.433.795,80	-	-	-	-	15.946.437,47	1.005.279,11	328.846.719,45

Quadro 39: Ativos Fixos Tangíveis - Quantia Escriturada

Face a limitações do programa informático de suporte aos registos dos ativos fixos, não nos é possível identificar com o devido rigor os ativos fixos em concessão relevados no balanço e a desagregação adequada das transferências internas à entidade.

Em curso, através da contratação de uma entidade externa, um trabalho de diagnóstico dos bens do ativo fixo tangível, investimentos em curso e respetiva mensuração.

As tarefas realizadas em 2020 foram as seguintes:

Reclassificação dos Bens Imóveis (SNC-AP)

Ação de melhoria

Efetuar a revisão da classificação dos bens imóveis de acordo com o SNC-AP e o CC2.

Tarefas a realizadas

- Reclassificar os bens imóveis de acordo com a Plano de Contas do SNC-AP (mapa DT).
- Reclassificar os bens imóveis de acordo com o CC2.
- Atualizar os registos do imobilizado (AIRC).
- Confirmar que os registos da Contabilidade foram atualizados com as novas contas SNC-AP e códigos CC2 (AIRC).

Alteração da Vida Útil dos bens imóveis

Ação de melhoria

Identificar os imóveis com alteração da Vida Útil e calcular qual o valor patrimonial a regularizar, nomeadamente qual a diminuição do valor contabilístico dos imóveis e a respetiva contrapartida da conta de capital.

Tarefas a realizadas

- Identificar os imóveis que tem uma alteração da sua Vida Útil.
- Calcular a variação patrimonial na Contabilidade.
- Corrigir no ERP AIRC as vidas úteis e os valores patrimoniais.
- Efetuar a regularização contabilística da variação patrimonial por contrapartida da conta #564 -Ajustamentos de transição para o SNC-AP à data de 1 de Janeiro de 2020. (automaticamente via AIRC).

Revisão dos subsídios ao investimento

Ação de melhoria

Efetuar a indexação entre o mapa de subsídios e os bens imóveis que constam do inventário da CM Gondomar.

Atualizar o mapa de subsídios ao investimento com as variações patrimoniais dos bens imóveis que tiveram uma alteração da sua vida útil.

Tarefas a realizadas pelo Município de Gondomar

- Estabelecer a indexação (interligação) entre os subsídios ao investimento e o ficheiro de bens imóveis.
- Identificar os imóveis com alteração da Vida Útil que têm subsídios ao investimento.
- Calcular a variação patrimonial ocorrida e atualizar o mapa de Subsídios ao Investimento (taxas de depreciação e valor contabilístico).
- Efetuar a regularização contabilística da variação patrimonial nas contas #2745 –Subsídios para investimentos por contrapartida da conta #563 -Subsídios.

Levantamento e reconhecimento dos bens imóveis associados a contratos de concessões

Ação de melhoria (imóveis de domínio público e privado)

Identificar e avaliar os bens imóveis associados a contratos de concessões, e se os mesmos devem ser reconhecidos no Balanço do Município de Gondomar.

Efetuar o levantamento dos bens imóveis e a correspondente valorização ao abrigo do SNC-AP.

Tarefas a realizar pelo Município de Gondomar:

- Obter a lista de bens imóveis que se encontram concessionados (Águas de Gondomar e EDP), e os respetivos valores de aquisição e de depreciações acumuladas.
- Proceder ao reconhecimento dos imóveis na Contabilidade e à divulgação nas notas anexas ao relatório de contas de 2020.

Bens imóveis recebidos por via da transferência de competências

Análise efetuada

De acordo com o Decreto-Lei nº 21/2019, os edifícios da Parque Escolar, E. P. não serão transferidos para o ativo imobilizado dos Municípios.

As Escolas abrangidas na transferência de competências são as Escolas Secundárias de Gondomar e de Rio Tinto, que fazem parte do património da Parque Escolar, E.P..

Desta forma, os edifícios das Escolas Secundárias em apreço não devem ser reconhecidas no património da CM Gondomar.

Ações a realizar durante o próximo exercício

Imobilizado em curso que não está identificado Contabilidade

Ação de melhoria

Identificar os imóveis, o seu valor individual, e se os imóveis podem ser transferidos para imobilizado firme, das contas #44200 –Imobilizado em curso (outros) -domínio privado e #44500-Imobilizado em curso (outros) -domínio público, através da consulta das faturas de aquisição e informações do Departamento de Obras do Município.

Tarefas a realizar pelo Município de Gondomar

- Obter os extratos de conta das contas #44200 e #44500.
- Identificar e consultar as faturas que constam dos extratos.
- Quando necessário, consultar os documentos de suporte às faturas (autos de obra) ou outras informações prestadas pelo Departamento de Obras.
- Criar as fichas de imobilizado em curso de cada imóvel, com a descrição do imóvel, valor de aquisição e data de início de utilização, se aplicável.
- Efetuar a regularização contabilística correspondente, desagregando os valores de cada imóvel por contas individuais do balanço.

Conciliação entre os registos patrimoniais da CM Gondomar (listagem de imobilizado) e o cadastro de imóveis

Ação de melhoria (imóveis de domínio público e privado)

Tipificar e listar os bens de domínio público existentes, e efetuar o cruzamento entre os registos do Património e as Certidões Permanentes e/ou as Cadernetas Prediais Urbanas (CPU) (no caso dos bens imóveis de domínio privado).

Tarefas a realizar pelo Município de Gondomar

- Obter a listagem de bens imóveis existentes (cadastro de imóveis) que constam dos Processos de imóveis do Património, e de outras fontes de informação da CM Gondomar (Departamento de Obras, SIGAMP, Loteamentos, e outros).
- Organizar e catalogar os imóveis de acordo com as tipologias de bens imóveis que foram definidas ao nível dos terrenos, edifícios e infraestruturas, existentes no Município.
- Efetuar o cruzamento entre o cadastro de imóveis e os registos do imobilizado.
- Identificar as discrepâncias nos registos do imobilizado e definir ações de resolução (exemplo: reconhecimento e mensuração de imóveis em falta).

Atualização dos elementos cadastrais dos registos patrimoniais da CM Gondomar

Ação de melhoria (imóveis de domínio público e privado)

Atualizar os registos do património através da consulta das Certidões Permanentes das Conservatórias e/ou das CPU da AT.

Tarefas a realizar pelo Município de Gondomar

- Consultar o Processo de cada Imóvel e confirmar que a informação documental existe e que está atualizada (Certidão Permanente e CPU).
- Identificar as discrepâncias existentes entre a Certidão Permanente/CPU do Processo de Imóvel e proceder à sua retificação no ficheiro de imobilizado da CM Gondomar.



- Definir critérios de mensuração dos bens imóveis para as tipologias identificadas na Matriz de Bens de Domínio Público, em conformidade com o SNC-AP.
- Calcular as variações patrimoniais que resultam de retificações ao ficheiro de imobilizado (variação das áreas, variação do vpt, separação dos terrenos dos imóveis, etc.).

h) Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Os financiamentos obtidos estão mensurados pelo seu valor nominal, não sendo materialmente relevante a sua contabilização ao custo amortizado.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

Junta-se o mapa dos empréstimos.

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR
MAPA DOS EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO

NM	Data aprov. Assembleia Municipal	Data contrato	Visto Tribunal Contas		FINALIDADES	limite - em divalimento - (log. a log.)	Entidade O. de crédito	Capital		Data Primeira utilização	Taxa de juro		Encargos Anuais 2020		Divida a 31 de Dezembro de 2020
			Nº registo	Data				Contratado	Utilizado		Inicial	actual	Amortização	Juros	
18	08-09-95	18-12-96	89023	04-12-96	Aquisição de 88 fogos no lugar de Foz de Foz destinados a arrendamento - PER - (I)	(I)	CGD	1.425.987,37	1.425.987,37	18-12-1996	2,25%	0,1642%	64.200,79	62,12	64.238,49
19	25-07-93	20-03-97	6298	10-03-97	Construção de 404 fogos no Bairro Mineiro destinados a arrendamento - PER - (I)	(I)	CGD	7.651.559,74	7.140.000,56	20-03-1997	2,188%	0,2915%	308.849,86	1.814,83	1.389.276,23
20	25-07-97	01-08-97		30-09-13	Construção de fogos em vilas frequentadas destinadas a arrendamento - PER - (I)	(I)	BCP	12.110.663,49	12.110.663,49	01-08-1997	1,453%	0,1707%	593.591,47	1.297,91	1.484.771,45
21	25-07-97	01-08-97	35549	07-07-97	Construção de fogos em vilas frequentadas destinadas a arrendamento - PER - (I)	(I)	BPI	12.110.663,49	12.110.663,49	01-08-1997	1,500%	0,1707%	593.594,39	824,10	1.485.630,44
22	11-02-00	08-08-00	1486	12-07-00	Aquisição de 25 fogos no lugar da Triana destinados a arrendamento - PER - (I)	(I)	CGD	491.804,75	491.804,74	24-10-2000	1,193%	0,0013%	19.470,17	-	0,00
24	13-07-01	03-09-01		a)	Empréstimo destinado a obras de reparação dos danos causados pelas incêndios (I)	(I)	CGD	1.246.994,74	960.138,43	03-09-2003	1,417%	0,2572%	60.432,89	-	60.437,88
25	16-06-05	23-06-05	1886	31-08-05	Financiamento à construção do Pavilhão Multissport de Gondomar - (FEDEF) - (I)	(I)	BST	9.000.000,00	9.000.000,00	12-09-2005	2,275%	0,3702%	478.684,20	-	2.250.090,15
38	18-02-09	09-03-09	521	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	(I)	CGD	1.574.297,00	1.574.297,00	29-07-2009	2,040%	1,8300%	66.412,99	14.766,70	994.903,90
108	16-06-10	29-10-10	1566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	(I)	BCP	2.580.407,00	2.580.407,00	11-08-2011	2,000%	1,7810%	79.437,47	23.933,30	1.917.243,54
					Sub-Total (empréstimos excepcionais)			48.192.877,58	47.391.651,08				2.251.674,23	42.698,96	9.493.392,08
15	25-02-19	18-03-19	986	22-05-19	Liquidação dívida EDP	---	BPI	14.409.676,00	14.409.676,60	12-06-2019	0,679%	0,679%	660.443,52	42.586,31	13.328.951,04
16	26-06-05	02-09-05		03-11-05	Cessão de Créditos Habitação	---	BPI	10.592.500,00	10.592.500,00				667.941,00	350.000,00	4.116.557,96
17	26-06-05	02-09-05		03-11-05	Cessão de Créditos Habitação	---	BST	10.592.500,00	10.592.500,00				667.941,88	350.000,00	4.116.555,21
27	28-02-07	03-03-08	1409	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 340 fogos de habitação Social (complementar)	---	BST	4.400.000,00	4.400.000,00	03-03-2008	5,000%	0,0800%	183.759,52	-	2.251.054,12
28	28-02-07	03-03-08	1415	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 156 fogos de habitação Social - Mo. S. Pedro da Cova	---	CGD	4.007.516,00	4.007.516,00	27-06-2008	2,370%	0,0512%	163.034,72	-	2.037.808,78
29	28-02-07	03-03-08	1413	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 100 fogos de habitação Social - Bagan do Monte	---	CGD	2.601.644,00	2.601.644,00	27-06-2008	2,370%	0,0512%	105.884,20	-	1.322.907,49
30	18-02-09	09-03-09	1414	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 93 fogos de habitação Social - Zorra, S. Cosme	---	CGD	2.214.789,20	2.214.789,20	27-06-2008	2,370%	0,0512%	90.077,04	-	1.126.213,13
31	18-02-09	09-03-09	521	26-05-09	Construção do Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens de Gondomar	---	CGD	860.000,00	860.000,00	29-07-2009	2,840%	1,8300%	36.746,56	4.109,60	540.580,07
32	18-02-09	09-03-09	521	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	---	CGD	3.135.203,00	3.135.203,00	29-07-2009	2,840%	1,8300%	134.838,47	29.980,85	1.965.715,02
33	09-07-09	10-08-09	1657	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 100 fogos em SA Fuzila	---	BANIF	1.520.136,00	1.520.136,00	26-01-2010	3,210%	2,0020%	60.135,62	15.523,42	949.034,05
34	09-07-09	10-08-09	1654	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 88 fogos na Triana	---	BANIF	1.183.436,80	1.183.436,80	26-01-2010	3,210%	2,0020%	46.816,00	12.085,10	718.829,83
35	09-07-09	24-09-09	1655	08-10-09	Financiamento para aquisição de 100 fogos em SA Fuzila	---	IBRU	3.201.978,40	3.201.977,20	12-05-2010	1,060%	0,8334%	134.159,89	3.991,26	1.799.711,99
36	09-07-09	24-09-09	1656	08-10-09	IBRU - Empréstimo 88 fogos - Triana	---	IBRU	2.402.729,60	2.402.729,60	26-05-2010	1,060%	0,8334%	104.443,07	6.605,25	1.401.070,34
102	16-06-10	29-10-10	1566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	---	BCP	3.149.593,00	3.149.593,00	11-03-2011	2,960%	1,7810%	149.100,36	48.592,25	2.015.555,57
53	27-12-12	02-07-13	1118	28-08-13	Financiamento para aquisição de 43 fogos em Vila Verde	---	IBRU	909.699,70	909.699,70	13-09-2013	1,180%	1,0486%	34.605,23	2.965,47	676.597,68
59	06-08-09	16-11-09	188	01-06-10	Financiamento destinado à reabilitação de fogos de habitação Social - Gueda	---	IBRU	460.253,00	460.253,00	25-08-2010	1,060%	0,4490%	19.131,18	640,27	286.662,44
101	25-02-19	07-03-19	987	22-05-19	Liquidação dívida EDP	---	CGD	14.409.676,60	14.409.676,00	14-06-2019	0,668%	0,668%	720.483,84	153.428,26	13.328.950,24
					Sub-Total (empréstimos não excepcionais)			80.141.390,70	80.141.329,10				3.979.561,90	1.020.508,04	52.002.774,96
					TOTAL			128.334.268,28	127.537.781,18				6.231.238,13	1.063.207,00	61.496.167,04

Quadro 38: Mapa dos empréstimos

i) Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Município de Gondomar								Modelo do Custo
								Anual (período 14)
Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período								
RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. cambiais	Diminuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	264.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264.080,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	264.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264.080,00

Quadro 39: Propriedades de investimento - quantia escriturada

j) Nota 9 - Imparidade de ativos

2020

Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	144.793,68	0,00	0,00	144.793,68
Clientes, contribuintes e utentes	2.720.469,63	1.575.208,14	208.839,30	1.354.100,79
Fornecedores	4.147.554,53	0,00	0,00	4.147.554,53
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	22.572.321,06	0,00	0,00	22.572.321,06
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	2.677.867,01	371,15	0,00	2.677.495,86
Propriedades de investimento	264.080,00	1.102,08	1.102,08	264.080,00
Ativos fixos tangíveis	305.265.449,49	0,00	0,00	305.265.449,49
Ativos intangíveis	1.525.358,16	0,00	0,00	1.525.358,16
Investimentos em curso	21.581.269,96	0,00	0,00	21.581.269,96
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	360.899.163,52	1.576.681,37	209.941,38	359.532.423,53

Quadro 40: Imparidade de ativos

No período foram constituídas perdas por imparidade para dividas a receber de clientes, contribuintes e utente no valor de 176.251,10€.

k) Nota 10 - Inventários

Não existem inventários registados no Município de Gondomar.

l) Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe:

Município de Gondomar						2020
Rendimento de transações com contraprestação até 31/12/2020						
Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período		
704	Taxas, multas e outras penalidades					
7043	Taxas específicas das autarquias locais	848.480,54	0,00	0,00	0,00	0,00
7044	Multas e outras penalidades	167.560,89	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Vendas					
711	Mercadorias	74,59	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestação de serviços					
7202	Serviços específicos do setor da educação	3.420.592,69	0,00	0,00	0,00	0,00
7203	Serviços específicos das autarquias locais	9.692.567,52	0,00	0,00	0,00	0,00
7205	Concessões	3.135.339,67	0,00	0,00	0,00	0,00
7211	Aluguer de equipamentos	53.321,68	0,00	0,00	0,00	0,00
7212	Arrendamento	572.232,40	0,00	0,00	0,00	0,00
7299	Outros serviços	352.913,13	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos					
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	59.008,74	0,00	0,00	0,00	0,00
7881	Correções relativas a períodos anteriores	157.461,76	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	27.793,75	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Total:		18.487.347,36	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 41: Rendimentos de transações com contraprestação

m) Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Município de Gondomar

2020

Rendimento de transações sem contraprestação até 31/12/2020

Tipo de rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
701	Impostos Diretos					
70103	Derrama	2.831.303,98	0,00	0,00	0,00	0,00
70105	Imposto municipal sobre imóveis	18.181.247,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70106	Imposto único de circulação	3.626.566,57	0,00	0,00	0,00	0,00
70199	Outros	11.404,78	0,00	0,00	0,00	0,00
702	Impostos Indiretos					
70208	Impostos indiretos específicos das autarquias locais	1.323.086,90	0,00	0,00	0,00	0,00
70210	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	6.711.166,13	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Transferências e subsídios correntes obtidos					
75111	Estado	21.209.726,31	0,00	0,00	0,00	0,00
7514	Resto do Mundo	332.863,02	0,00	0,00	0,00	0,00
752	Subsídios correntes	9.841.731,50	0,00	0,00	0,00	0,00
7883	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2.589.255,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		66.658.351,20	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 42: Rendimento de transações sem contraprestação

n) Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Gondomar, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão em 3.165.414,21 €

Em documento anexo, segue a listagem dos processos judiciais em curso.

o) Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

No âmbito da pandemia referente ao novo coronavírus COVID-19, obrigou o Município de Gondomar a adotar algumas medidas excecionais, em 2021, nomeadamente que na Deliberação de 18 de Fevereiro de 2021, aprovou as medidas designadas por “GONDOMAR PROTEGE” que tiveram os impactos estimados no quadro seguinte, tanto a nível da receita como despesa:

- Isentar do pagamento de taxas de publicidade e/ou ocupação de espaço público, toldos e afins e similares, pelo período de quatro (4) meses, relativas a todos os estabelecimentos, com exceção das médias e grandes superfícies comerciais.
- Isentar do pagamento pelo período de quatro (4) meses, das rendas devidas pelos espaços concessionados pela autarquia, designadamente, estabelecimentos de bebidas.
- Isentar do pagamento pelo período de quatro (4) meses, das taxas devidas pelos lugares de terrado atribuídos a feirantes cuja atividade foi mandado encerrar, por não se traduzir na venda de bens essenciais, ao abrigo do disposto no Decreto lei n.º 3-B/2021, de 19 de janeiro.
- Isentar do pagamento pelo período de quatro (4) meses, das taxas devidas pela ocupação de bancas/lojas dos Mercados Municipais, cuja atividade se encontra encerrada, por não se traduzir na venda de bens essenciais, ao abrigo do disposto no Decreto lei n.º 3-B/2021, de 19 de janeiro.
- Reduzir em 50% o valor das rendas devidas pelos espaços concessionados no GoldPark (incubadora; espaços co-work; oficinas e espaços comerciais).
- A presente isenção e redução produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021.
- A aplicação das isenções e reduções propostas realiza-se oficiosamente pelos competentes serviços municipais, com dispensa de mais procedimentos e, nos casos em que se verifique terem já sido efetuados pagamentos, correspondentes ao mencionado, pelo período de janeiro a abril de 2021, os serviços farão refletir as isenções em igual período seguinte ou, no caso de impossibilidade, proceder-se-á ao competente reembolso.
- As isenções e reduções a conceder impedirão arrecadar receita na ordem dos 189.000€ (cento e oitenta e nove mil euros), conforme estimativa que se segue:
 - Publicidade/ocupação de espaço público — 125.000€ (cento e vinte e cinco mil euros)
 - GoldPark — 5.000€ (cinco mil euros)
 - Estabelecimentos de bebidas — 26.000€ (vinte e seis mil euros)
 - Mercados — 3.000€ (três mil euros)
 - Feiras — 30.000€ (trinta mil euros).

Até à data de apresentações de contas, foram adquiridos os seguintes bens ou serviços no âmbito do combate à pandemia de COVID-19, em 2021, ao abrigo do DL 10-A/2020 de 13 de Março:

Nº Ent.	Entidade	Compromisso	Valor	Descrição
10260	Miranda & Ricardo, Unipessoal, Lda	63450	2 000,00 €	Refeições para forças de Segurança
17264	Papelarte - Sociedade de Representações e Comercialização de Artigos de Papelaria	63451	14 660,00 €	Artigos de EPI'S e Produtos de Higienização Pessoal
13453	EVS Event Services, Lda	63522	7 500,00 €	Aquisição de bolsas para o processo de vacinação
17251	O Colchete	63523	9 900,00 €	Aquisição de máscaras sociais laváveis
11200	Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa	63524	15 000,00 €	Aquisição de testes antigénio
13106	MEO - Comunicações e Multimédia, SA	63538	19 372,50 €	Aquisição de Serviço de Internet Móvel para as Escolas
11200	Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa	63612	252 950,00 €	Aquisição de serviço de hospitalização
3155	DOMP	63707	12 147,00 €	Avaliação da Estratégia do Município no combate à COVID19

Em janeiro de 2021, foi operacionalizada a intermunicipalização da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA, tendo para o efeito ocorrido a transmissão da titularidade do capital social que o Estado detinha nesta entidade para os seis municípios incluídos neste processo.

A proporção que cabe ao Município de Gondomar é de 4.689.493 ações, com o valor nominal de 5,00€ cada uma, perfazendo o montante de 23.447.465,00 €, a qual terá reflexos em 2021.

p) Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Nos quadros seguintes indica-se a participação do Município de Gondomar em entidades societárias e não societárias:

Município de Gondomar										
A. Participações em entidades societárias										
Ano: 2020										
Da data 01-01-2020 à data 31-12-2020										
Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício		Forma da realização do capital		Obs.	
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Metro do Porto, SA	503278602	Societária	60211	7.500.000,00	5,000,01		5,00	5,00		
Águas do Douro e Paiva S.A.	503537624	Societária		842.185,00	842.185,004,34		842.185,00	842.185,00		
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Societária	84113	417.857.175,00	1.809.678,000,44		1.809.678,00	1.809.678,00	0,00	
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	504558161	Societária		499,01	499,01		499,01	499,01		

Quadro 43: Participações em entidades societárias

Município de Gondomar

Ano: 2020

B. Participações em entidades não societárias

Da data 01-01-2020 à data 31-12-2020

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição			Ob.
Denominação	N.I.P.C				Em N	Forma da realização		
						Meios monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Associação Nacional Municípios Portugueses - ANMP	501627413	Não Societária			6.071,80	6.071,80		
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	501394192	Não Societária		49.061.897,60	14,24	1.087.147,86		
Área Metropolitana do Porto	502823305	Não Societária		4.705.959,05	91.577,00	91.577,00		
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508905435	Não Societária		2.284.950,70	1.500,00	1.500,00		
ADRIITEM-Associação de Desenvº. Rural Integrado das Terras de Sª.Maria	508225736	Não Societária		0,00	25.000,00	25.000,00		
Agência de Energia do Porto - Adeporto	507886550	Não Societária		203.625,00	20.622,00	20.622,00		
Associação de Municípios Parque das Serras do Porto	513966927	Não Societária		0,00	50.000,00	50.000,00		

Quadro 44: Participações em entidades não societárias

É política do Município reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

q) Nota 19 – Benefício dos Empregados

Estabelece a NCP 19 que as responsabilidades por benefícios de curto prazo, nos quais se incluem remunerações certas e permanentes (salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de natal, e despesas de representação), abonos variáveis ou eventuais e contribuições para regimes de proteção obrigatórios, são mensurados numa base não descontada, uma vez que não existe a possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Assim, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas pela quantia não descontada:

como um passivo, em acréscimo de gastos, das quantias relativas aos direitos, nomeadamente de férias e subsídio de férias do período, que são somente pagas durante o período de relato seguinte.

como um gasto, exceto se outra norma (NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis e NCP 10 - Inventários) exija ou permita a inclusão destes benefícios no custo de um ativo;

como um ativo, em gasto antecipado, se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, na extensão em que o pré-pagamento conduza, por exemplo, a uma redução em pagamentos ou a uma devolução de dinheiro.

Foram reconhecidos no período do relato, como passivos relativos a benefícios de curto prazo respeitantes a remuneração de férias e remuneração de subsídio de férias, em *Credores por acréscimos de gastos / Remunerações a liquidar*, no montante de 3.662.738,96€.

No período os gastos com o pessoal ascenderam a € 26.736.266,15.

r) Nota 23 - Outras divulgações

O ano de 2020 foi de implementação do SNC-AP no Município de Gondomar, à semelhança do que se verificou em praticamente todas as autarquias do país, sistema que traz um novo paradigma às finanças públicas, centrado, fundamentalmente, na sua contabilidade, relato, controlo e transparência das contas públicas. A mudança de um sistema contabilístico, implica naturalmente um período de adaptação, estudo e resolução de eventuais incongruências, o que se torna mais difícil num ano atravessado por uma crise pandémica e em que os recursos se revelam escassos.

Esta situação acarretou a perda de comparabilidade entre 2019 e 2020, sendo retomada com as demonstrações financeiras para 2021.

Sendo este o primeiro Relatório de Contas elaborado após a entrada do SNC-AP, e apesar de ter sido feito todo o esforço no sentido de que fosse de encontro ao Modelo Único de Prestação de Contas proposto, é expectável que ainda haja alguns aspetos que serão melhorados em exercícios futuros, além de que se espera a melhor definição de interpretações contabilísticas por parte da Comissão de Normalização Contabilística, bem como outros órgãos de fiscalização/supervisão, no que respeita a aplicação das normas ao caso concreto das Autarquias Locais, tal qual foi sucedendo no setor privado com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

De qualquer das formas, consideramos que este é um documento que demonstra de forma clara, fiável e objetiva a situação contabilística e financeira do Município de Gondomar a 31 de dezembro de 2020.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Gondomar ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações

12) Anexo as demonstrações orçamentais

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. ...”

Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Nos termos do parágrafo 46 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, o conjunto de demonstrações orçamentais históricas a preparar pelas entidades são as seguintes:

- a) Demonstração de Desempenho Orçamental;
- b) Demonstração de Execução Orçamental da Receita;
- c) Demonstração de execução Orçamental da Despesa;
- d) Demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)
- e) Anexo IV - Alterações ao plano plurianual de investimentos Anexo IV - Operações de tesouraria

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

a) Demonstração de Desempenho Orçamental



Município de Gondomar							
Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2020							Valores em €
RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gestão anterior	6.134.049,31	0,00	0,00	0,00	4.417.007,25	10.551.056,56	0,00
Operações Orçamentais [1]	6.134.049,31	0,00	0,00	0,00	0,00	6.134.049,31	0,00
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	4.417.007,25	4.417.007,25	0,00
Recolhimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente	0,00	80.637.824,28	332.863,02	0,00	0,00	80.970.687,30	0,00
R1 Receita Fiscal	0,00	33.477.997,98	0,00	0,00	0,00	33.477.997,98	0,00
R1.1 Impostos diretos	0,00	31.550.194,98	0,00	0,00	0,00	31.550.194,98	0,00
R1.2 Impostos indiretos	0,00	1.927.803,02	0,00	0,00	0,00	1.927.803,02	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	952.434,21	0,00	0,00	0,00	952.434,21	0,00
R4 Rendimentos de propriedade	0,00	2.520.147,84	0,00	0,00	0,00	2.520.147,84	0,00
R5 Transferências e subsídios correntes	0,00	33.306.589,37	332.863,02	0,00	0,00	33.639.452,39	0,00
RS.1 Transferências correntes	0,00	33.306.589,37	332.863,02	0,00	0,00	33.639.452,39	0,00
RS.1.1 Administrações Públicas	0,00	33.306.589,37	332.863,02	0,00	0,00	33.639.452,39	0,00
RS.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	33.306.589,37	332.863,02	0,00	0,00	33.639.452,39	0,00
RS.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	0,00	10.261.432,03	0,00	0,00	0,00	10.261.432,03	0,00
R7 Outras receitas correntes	0,00	119.043,05	0,00	0,00	0,00	119.043,05	0,00
Receita de capital	0,00	2.025.300,74	1.913.581,37	0,00	0,00	3.938.882,11	0,00
R8 Venda de bens de investimento	0,00	59.008,74	0,00	0,00	0,00	59.008,74	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital	0,00	1.966.292,00	1.913.581,37	0,00	0,00	3.879.873,37	0,00
RS.1 Transferências de capital	0,00	1.966.292,00	1.913.581,37	0,00	0,00	3.879.873,37	0,00
RS.1.1 Administrações Públicas	0,00	1.966.292,00	1.913.581,37	0,00	0,00	3.879.873,37	0,00
RS.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	1.966.292,00	1.913.581,37	0,00	0,00	3.879.873,37	0,00
RS.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	6.722,31	0,00	0,00	0,00	6.722,31	0,00
Receita efetiva [2]	0,00	82.669.847,33	2.246.434,39	0,00	0,00	84.916.281,72	0,00
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [4] = [1] + [2] + [3]	6.134.049,31	82.669.847,33	2.246.434,39	0,00	0,00	91.050.321,03	0,00
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	1.474.146,97	1.474.146,97	0,00



Município de Gondomar							
Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2020							Valores em €
RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	0,00	53.523.914,59	1.300.580,18	0,00	0,00	58.303.002,79	0,00
D1 Despesas com o pessoal	0,00	24.754.921,92	713.359,88	0,00	0,00	25.504.967,88	0,00
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	0,00	19.327.836,01	380.899,24	0,00	0,00	19.715.539,43	0,00
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	278.216,95	5.084,11	0,00	0,00	281.301,06	0,00
D1.3 Segurança Social	0,00	5.151.068,96	327.376,53	0,00	0,00	5.508.127,39	0,00
D2 Aquisição de bens e serviços	0,00	21.158.376,22	448.817,09	0,00	0,00	22.905.273,17	0,00
D3 Juros e outros encargos	0,00	1.114.707,82	-8.032,63	0,00	0,00	1.120.740,45	0,00
D4 Transferências e subsídios correntes	0,00	5.953.793,09	138.758,12	0,00	0,00	6.234.906,05	0,00
D4.1 Transferências correntes	0,00	5.953.793,09	138.758,12	0,00	0,00	6.234.906,05	0,00
D4.1.1 Administrações Públicas	0,00	2.851.200,58	102.931,71	0,00	0,00	2.754.132,27	0,00
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	927.558,03	82.309,71	0,00	0,00	1.009.867,74	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	0,00	1.723.642,53	20.622,00	0,00	0,00	1.744.264,53	0,00
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	2.588.990,94	3.257,19	0,00	0,00	2.734.804,97	0,00
D4.1.3 Famílias	0,00	705.195,59	32.567,22	0,00	0,00	737.762,81	0,00
D4.1.4 Outros	0,00	8.406,00	0,00	0,00	0,00	8.406,00	0,00
D4.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 Outras despesas correntes	0,00	542.115,54	5.859,70	0,00	0,00	547.775,24	0,00
Despesa de capital	0,00	13.102.420,01	733.599,13	0,00	0,00	13.838.019,14	0,00
D6 Aquisição de bens de capital	0,00	11.740.945,89	637.831,80	0,00	0,00	12.378.777,49	0,00
D7 Transferência e subsídios de capital	0,00	1.381.474,12	95.767,53	0,00	0,00	1.457.241,65	0,00
D7.1 Transferências de capital	0,00	1.381.474,12	95.767,53	0,00	0,00	1.457.241,65	0,00
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	272.827,49	2.972,35	0,00	0,00	275.799,84	0,00
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outros	0,00	1.088.646,63	92.795,18	0,00	0,00	1.181.441,81	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [6]	0,00	66.626.334,60	2.034.159,29	0,00	0,00	70.139.881,93	0,00
Despesa não efetiva [8]	0,00	5.816.178,55	-125.884,67	0,00	0,00	6.163.500,48	0,00
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	101.346,00	0,00	0,00	0,00	101.346,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00	5.516.930,55	-125.884,67	0,00	0,00	6.082.254,48	0,00
Soma [7] - [9] + [10]	0,00	72.344.511,15	1.908.474,82	0,00	0,00	74.152.985,77	0,00
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	1.283.400,92	1.283.400,92	0,00
Saldo para a gestão seguinte	6.134.049,31	10.425.136,18	337.949,77	0,00	4.807.753,30	21.504.886,56	0,00
Operações orçamentais [B] = [A] - [7]	6.134.049,31	10.425.136,18	337.949,77	0,00	0,00	16.897.135,26	0,00
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	4.807.753,30	4.807.753,30	0,00
Saldo global [2] - [8]	0,00	16.043.312,73	212.265,10	0,00	0,00	14.778.389,79	0,00
Despesa primária	0,00	65.511.826,78	2.040.191,92	0,00	0,00	67.551.818,70	0,00
Saldo corrente	0,00	27.113.709,89	-987.897,14	0,00	0,00	26.148.012,55	0,00
Saldo de capital	0,00	-11.077.119,27	1.179.082,34	0,00	0,00	-9.897.157,03	0,00
Saldo primário	0,00	17.158.020,55	206.232,47	0,00	0,00	17.364.253,02	0,00
Receita total [1] + [2] + [8]	6.134.049,31	82.889.847,33	2.248.434,39	0,00	0,00	91.050.121,03	0,00
Despesa total [6] + [8]	0,00	72.344.511,15	1.908.474,82	0,00	0,00	74.152.985,77	0,00

b) Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Município de Gondomar

Ano: 2020

(designação da entidade local)													Euros	
Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições Emitidos	Pagos	Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
									Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente														
R011	Impostos diretos	28.942.877,00	0,00	31.925.525,34	0,00	31.925.525,34	375.330,38	375.330,38	0,00	31.550.194,96	31.550.194,96	0,00	0,000	117,100
R012	Impostos indiretos	1.384.055,00	762.120,69	1.628.049,69	27.229,75	1.927.803,02	0,00	0,00	385.361,88	1.542.441,14	1.927.803,02	0,00	28,253	113,075
R03	Taxas, multas e outras penalidades	985.758,00	208.904,48	964.019,44	9.178,85	952.451,32	17,11	17,11	2.975,70	949.458,51	952.434,21	0,00	0,302	96,318
R04	Rendimentos de propriedade	2.587.452,00	58.124,29	2.520.147,84	0,00	2.520.147,84	0,00	0,00	0,00	2.520.147,84	2.520.147,84	0,00	0,000	98,158
R05111	Administração Central - Estado Português	30.742.527,44	12.895,00	33.628.478,57	0,00	33.639.432,44	0,05	0,05	12.895,00	33.628.537,39	33.639.432,39	0,00	0,042	109,381
R06	Venda de bens e serviços	11.087.418,00	1.628.338,75	11.083.122,94	388.328,88	10.281.432,03	0,00	0,00	211.134,12	10.050.297,91	10.281.432,03	0,00	1,904	90,848
R07	Outras receitas correntes	238.085,00	12.890,14	119.043,05	0,00	119.043,05	0,00	0,00	0,00	119.043,05	119.043,05	0,00	0,000	50,004
Receita de capital														
R08	Venda de bens de investimento	136.742,00	4.036,54	59.008,74	0,00	59.008,74	0,00	0,00	0,00	59.008,74	59.008,74	0,00	0,000	43,153
R09111	Administração Central - Estado Português	21.170.858,87	1.503.954,38	3.879.853,37	0,00	3.879.853,37	0,00	0,00	0,00	3.879.853,37	3.879.853,37	0,00	0,000	18,327
R10	Outras receitas de capital	287.822,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
R13	Receita com passivos financeiros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Outras receitas														
R11	Reposições não abedidas aos pagamentos	18.800,00	0,00	6.722,31	0,00	6.722,31	0,00	0,00	0,00	6.722,31	6.722,31	0,00	0,000	36,141
R14	Saldo de gestão anterior - operações orçamentais	8.594.212,37	0,00	8.594.212,37	0,00	8.594.212,37	0,00	0,00	0,00	8.594.212,37	8.594.212,37	0,00	0,000	100,000
		73.928.162,44	2.883.073,38	81.948.384,97	424.737,48	81.948.384,94	375.347,84	375.347,84	612.396,70	80.388.090,80	80.870.487,30	0,00	0,828	108,898
		21.896.021,87	1.807.890,82	3.838.862,11	0,00	3.838.862,11	0,00	0,00	0,00	3.838.862,11	3.838.862,11	0,00	0,000	18,240
		8.612.812,37	0,00	8.600.934,68	0,00	8.600.934,68	0,00	0,00	0,00	8.600.934,68	8.600.934,68	0,00	0,000	99,982
	Total	104.136.996,46	4.191.964,27	94.388.191,76	424.737,48	93.886.631,63	375.347,84	375.347,84	612.396,70	92.897.887,39	93.810.284,06	0,00	0,588	89,208

ORGÃO EXECUTIVO

Em ... de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de de

c) Demonstração de execução orçamental da Despesa

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2020

Município de Gondomar													Euros
(designação de autarquia local)													
Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar period. anteriores	Dotações congrüas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente													
D011	Remunerações Certas e Permanentes	2.820,18	21.258.523,08	0,00	20.226.591,21	20.186.155,57	2.820,18	19.826.451,25	19.843.321,43	20.426,74	345.824,14	0,013	80,376
D012	Alíquotas Verticais ou Eventuais	0,00	500.771,00	0,00	285.036,80	285.036,80	0,00	281.301,08	281.301,08	0,00	3.737,74	0,000	56,174
D013	Segurança Social	45,00	5.851.896,00	0,00	5.706.532,75	5.672.322,80	0,00	5.672.327,80	5.672.327,80	34.206,85	45,00	0,000	85,302
D02	Aquisição de bens e serviços	302.064,91	31.048.735,35	0,00	28.126.880,53	23.127.445,10	315.274,33	22.590.424,30	22.905.696,85	5.002.545,43	221.746,45	1,015	72,758
D03	Juros e outros encargos	0,00	1.203.826,32	0,00	1.132.140,23	1.120.740,45	0,00	1.120.740,45	1.120.740,45	11.366,78	0,00	0,000	80,113
D0411	Administração Central - Estado Português	489,80	1.023.422,00	0,00	1.023.859,40	1.018.725,34	210,00	1.009.867,74	1.009.867,74	4.923,08	8.857,80	0,020	96,119
D0412	Administração Central - Outras entidades	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
D0415	Administração Local	0,00	1.796.717,88	0,00	1.752.859,88	1.744.264,53	0,00	1.744.264,53	1.744.264,53	8.682,15	0,00	0,000	87,081
D0413	Entidades do setor não lucrativo	10.441,01	3.580.799,00	0,00	3.478.045,23	2.980.178,27	7.968,70	2.730.448,73	2.741.406,43	526.886,98	138.771,85	0,222	78,337
D0413	Famílias	369,00	908.336,00	0,00	848.343,68	739.536,73	369,00	737.363,81	737.782,81	106.806,95	1.775,82	0,043	78,582
D0414	Outras	0,00	14.428,00	0,00	9.871,00	8.406,00	0,00	8.406,00	8.406,00	1.495,00	0,00	0,000	58,282
D042	Subsídios correntes	0,00	838.016,00	0,00	834.067,82	590.812,86	0,00	0,00	0,00	43.254,84	590.812,86	0,000	0,000
D05	Outras despesas correntes	4.810,84	702.550,00	0,00	637.775,83	558.535,30	317,78	547.457,45	547.775,24	78.240,31	10.788,08	0,045	77,824
Despesa de capital													
D08	Aquisição de bens de capital	545.128,54	27.387.311,37	0,00	24.507.144,82	14.987.574,73	545.128,54	11.835.570,83	12.380.700,37	9.516.596,79	2.898.874,36	1,882	43,247
D0712	Entidades do setor não lucrativo	0,00	438.485,00	0,00	422.380,77	275.799,84	0,00	275.799,84	275.799,84	148.590,80	0,00	0,000	82,887
D0714	Outras	0,00	1.278.836,00	0,00	1.273.724,43	1.181.441,81	0,00	1.181.441,81	1.181.441,81	82.282,82	0,00	0,000	82,312
D08	Outras despesas de capital	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
D09	Despesa com ativos financeiros	0,00	101.248,00	0,00	101.248,00	101.248,00	0,00	101.248,00	101.248,00	0,00	0,00	0,000	100,000
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	8.252.247,88	0,00	8.212.036,79	6.151.880,47	0,00	6.082.254,48	6.082.254,48	80.043,32	89.738,98	0,000	98,881
Total Despesa Correntes		380.880,84	86.896.348,43	0,00	83.876.015,06	67.854.181,89	328.878,89	84.304.744,23	86.811.722,23	9.940.993,07	1.322.429,78	0,478	81,833
Total Despesa de Capital		545.128,54	38.438.836,85	0,00	33.818.942,81	22.865.055,85	545.128,54	18.498.312,86	20.001.442,80	9.816.498,88	2.898.874,36	1,886	84,885
Total Geral		926.009,38	125.335.185,28	0,00	117.694.957,87	90.719.237,74	874.007,43	102.803.057,09	106.813.165,03	19.757.491,95	4.221.304,14	0,664	86,718

ORGÃO EXECUTIVO
Em ... de de
.....

ORGÃO DELIBERATIVO
Em ... de de
.....

d) Demonstração da execução do PPI

Documento colocado anexo

13) Mapa de Acordos de pagamento

O Município de Gondomar não tem pagamentos em atraso, pelo que não se aplica o artigo 19º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de Junho.

14) Registo de Compromissos Plurianuais

DECLARAÇÃO

Marco André Martins Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, para os efeitos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015 de 17 de Março, declara que todos os compromissos se encontram devidamente registados na base de dados centrais de encargos plurianuais.

Paços do Município de Gondomar, Maio de 2021

O Presidente da Câmara

(Dr. Marco Martins)

15) *Certificação Legal de Contas*



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **“Município de Gondomar”** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 390.972.894,71 euros e um total de fundos próprios de 300.199.420,55 euros, incluindo um resultado líquido de 6.977.756,58 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **“Município de Gondomar”** em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. A identificação, reconhecimento e mensuração da plenitude dos elementos integrantes do ativo fixo tangível do Município, face à sua dimensão, multiplicidade, dispersão e, nos casos aplicáveis, a antiguidade, a insuficiente informação interna sobre os critérios de mensuração (valorimetria) destes elementos, e definição do grau de acabamento dos investimentos em curso, provenientes de períodos anteriores, reveste-se de condicionalismos específicos.
Há ainda a considerar as limitações decorrentes da aplicação dos critérios de reconhecimento e desconhecimento de ativos, previstos nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) atinentes, nomeadamente, as NCP 4 e 5, no que aos contratos de concessão diz respeito, e à alteração da vida útil dos edifícios e outras construções.



12/6
Paulo Anjos

Estas circunstâncias e limitações não nos permitem obter as evidências necessárias e suficientes sobre este agregado do ativo.

Nestes termos, não nos é possível emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação do valor da rubrica ativos fixos tangíveis apresentada no balanço, assim como das respetivas depreciações, e da imputação a resultados das transferências e subsídios obtidos para a aquisição de ativos depreciáveis e, consequentemente, dos seus efeitos no resultado líquido do período.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Conforme é referido na nota 0 (adoção pela primeira vez do SNC-AP – divulgação transitória), do anexo às demonstrações financeiras, o Município apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Pública, previstas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), em vigor à data de 01 de janeiro de 2020. Em virtude desta situação, e tendo o Município optado por não reexpressar os valores comparativos, não existe comparabilidade entre os valores do ano corrente e os valores do período anterior. Esta limitação é suprida com recurso ao mapa de reconciliação para o balanço de abertura apresentado na referida nota. No global, os ajustamentos efetuados resultaram num aumento do património líquido no montante de 16.620.364,81 euros.



3/6
Paulo Anjos

2. Na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras são divulgados os erros materiais de períodos anteriores, regularizados por contrapartida das rubricas do património líquido, “Património/Capital” e “Resultados Transitados”, no montante líquido de 223.669,98 euros.
3. São divulgados na nota 17 do anexo às demonstrações financeiras os acontecimentos após a data de relato que não deram lugar a ajustamentos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em



4/6
[Handwritten signature]

fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

5/6
[Handwritten signature]

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 93.510.284,09 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 76.613.164,73 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



6/6

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 22 de junho de 2021

Anjos & Associados – SROC, LDA

Representada por: Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos

ROC n.º 1520, inscrito na CMVM sob o n.º 20161130